



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U. nº 198, de 14/10/2016
AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.

Andréia Nogueira Alves Teles

A RELAÇÃO ENTRE RISCOS PSICOSSOCIAIS E ESTRESSE OCUPACIONAL NO
TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

Palmas - TO

2021

Andréia Nogueira Alves Teles

A RELAÇÃO ENTRE RISCOS PSICOSSOCIAIS E ESTRESSE OCUPACIONAL NO
TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

Pesquisa elaborada e apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profa. Me. Thaís Moura Monteiro

Palmas - TO

2021

Andréia Nogueira Alves Teles

A RELAÇÃO ENTRE RISCOS PSICOSSOCIAIS E ESTRESSE OCUPACIONAL
NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

Pesquisa elaborada e apresentada como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II do curso de bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profa. Me. Thaís Moura Monteiro

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Thaís Moura Monteiro
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Profa. Me. Muriel Corrêa Neves Rodrigues
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Me Luiz Gustavo Santana
Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas - TO

2021

À *Manuella*, minha filha razão pela qual me mantenho forte frente a todas as adversidades, verdadeira presença do amor de Deus em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força no enfrentamento e superação das dificuldades que me levaram a realização desse grande sonho.

À minha mãe Edimar, pela dedicação e exemplo de vida, com amor e admiração de filha.

Em especial minha filha Manuella pela serenidade e paciência em vários momentos em que estive ausente.

À minha amiga Lilian pelo incentivo nos momentos de cansaço e desânimo, por me acalmar, me apoiar e me escutar quando tantos obstáculos se faziam presentes, colocando em dúvida minha capacidade de ir em frente. Sua amizade é um presente de Deus!

À minha amiga Isadora por ter atendido o meu pedido em me ajudar com a pesquisa, uma parceria que desejo levar para vida, com toda a certeza.

Aos professores, por serem facilitadores dessa caminhada em busca do conhecimento. Em especial as professoras Muriel Correa, Lauriane Moreira, Cristina Filipakis e Irenides Teixeira, pelos ensinamentos valiosos, com certeza levo um pouquinho de cada uma, palavras e atitudes que marcaram minha vida, estão todas guardadinhas no meu coração.

À minha amiga Kátia Cristina que sempre me atendeu com todo o amor, todas as vezes em que eu pedi socorro para cuidar da Manuella, enquanto me ocupava com os estudos. Não consigo traduzir em palavras minha gratidão, só posso te dizer que você é minha família.

À todos os amigos do meu trabalho no Centro de Atenção Integral à Saúde da Polícia Militar do Tocantins (CAISPM), por todo o apoio nas horas em que foi necessário sair às pressas para ir a aula, ou mesmo imprimir algo da faculdade quando era proibido, entre tantas outras coisinhas que foi necessário fazer para dar conta de uma dupla jornada e fui acolhida com amor por todos. Em especial a minha grande amiga Adriana, parceira, uma profissional admirável, que por diversas vezes me deu cobertura no trabalho para que eu pudesse realizar minhas atividades da faculdade. Amo todos!!!

A minha orientadora Profa. Me. Thaís Moura Monteiro pela ajuda, compreensão e incentivo, quando de forma sábia e amorosa soube conduzir esse processo e deixá-lo mais leve. Minha admiração de aluna-aprendiz, com toda certeza fui beneficiada em caminhar contigo nessa etapa.

Às grandes parcerias conseguidas ao longo desses cinco anos.

“A organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora” (DEJOURS, 1987, p. 64).

RESUMO

TELES, Andreia Nogueira Alves. **A RELAÇÃO ENTRE RISCOS PSICOSSOCIAIS E ESTRESSE OCUPACIONAL NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 71 f., 2021.

Os reflexos das relações de trabalho na saúde mental do indivíduo tem sido objeto de estudo de várias pesquisas, pois muitas são as evidências de que existem fatores de risco que podem favorecer o adoecimento psíquico em diferentes categorias profissionais. Essa pesquisa se voltou especificamente para os trabalhadores policiais militares, com o objetivo de realizar um estudo acerca da relação entre os riscos psicossociais direcionados à organização do trabalho, sua estrutura e a execução da tarefa, com o estresse ocupacional nessa frente de serviço. O policial militar está exposto à riscos psicossociais que podem contribuir para o sofrimento e levar ao adoecimento, que se relacionam principalmente com a sua atividade fim e com uma estrutura organizacional verticalizada e rígida, algo que reflete nas interações entre os sujeitos e nas suas ações internas e externas. Para tal foi realizado um levantamento exploratório, de natureza qualitativa, por meio das plataformas digitais de base de dados científicos, com uma pesquisa voltada para artigos, dissertações e teses direcionadas ao objeto de estudo deste trabalho, nos últimos cinco anos. O cenário policial militar possui um campo de estudo necessário e importante, porém ainda pouco investigado, assim espera-se com essa pesquisa, contribuir para discussões acerca da problemática do adoecimento junto a essa categoria e ampliar possibilidades de ações voltadas para prevenção e promoção em saúde mental.

Palavras-chave: polícia militar; riscos psicossociais; estresse ocupacional

ABSTRACT

TELES, Andreia Nogueira Alves. **THE RELATIONSHIP BETWEEN PSYCHOSOCIAL RISKS AND OCCUPATIONAL STRESS IN THE WORK OF MILITARY POLICE.** Course Conclusion Paper (Graduation) - Psychology Course, Lutheran University Center of Palmas, Palmas / TO, 71 f., 2021.

The impact of work relationships on the individual's mental health has been the object of study in several studies, as there is much evidence that there are risk factors that can favor mental illness in different professional categories. This research was specifically aimed at military police workers, with the aim of conducting a study on the relationship between psychosocial risks related to the organization of work, its structure and task execution, with occupational stress in this service front. The military police are exposed to psychosocial risks that can contribute to suffering and lead to illness, which are mainly related to their main activity and to a vertical and rigid organizational structure, something that reflects in the interactions between the subjects and in their internal actions and external. To this end, an exploratory survey, of a qualitative nature, was carried out through digital platforms of scientific database, with a research focused on articles, dissertations and theses directed to the object of study of this work, in the last five years. The military police scenario has a necessary and important field of study, but still little investigated, so this research is expected to contribute to discussions about the issue of illness in this category and expand possibilities of actions aimed at prevention and health promotion mental.

Keyword: military police; psychosocial risks; occupational stress

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Fluxograma com as etapas da pesquisa.....	38
Figura 2- Resultado das buscas e seleção dos trabalhos.....	40
Gráfico 1- Quantidade de pesquisas encontradas por ano de publicação.....	42
Gráfico 2- Quantidade de publicações por região do Brasil.....	43
Gráfico 3- Pesquisa por área de conhecimento.....	44
Gráfico 4- Metodologia utilizada nos estudos encontrados.....	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tipos de publicações.....	41
Tabela 2- Tipos de abordagem.....	45
Tabela 3- Estratégia de coleta de dados utilizada.....	47
Tabela 4 – Principais resultados.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AELBRA - Associação Educacional Luterana do Brasil
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CARIT - Comitê dos Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho
CEULP- Centro Universitário Luterano de Palmas
CF – Constituição Federal
ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade
OMS - Organização Mundial da Saúde
OPAS- Organização Pan Americana da Saúde
PdT- Psicodinâmica do Trabalho
PM - Polícia Militar
PNSPDS - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
SUS – Sistema Único de Saúde
SUSP – Sistema Único de Segurança Pública
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR	16
2.1.1 Origem e evolução conceitual da polícia no Brasil	16
2.1.2 O trabalho do policial militar	19
2.2 RISCOS PSICOSSOCIAIS E ESTRESSE OCUPACIONAL NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR.....	22
2.2.1 Contextualizando a saúde mental e o trabalho na Polícia Militar	22
2.2.2 Relação entre riscos psicossociais e estresse ocupacional	25
2.3 A RELAÇÃO ENTRE O SUJEITO E O TRABALHO SOB O OLHAR DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO	30
3 METODOLOGIA	37
4 RESULTADOS	40
5 DISCUSSÃO	54
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

A relação entre trabalho e saúde, potencializada pela revolução industrial, nem sempre foi alvo de estudos e discussões, pois não existia uma preocupação em preservar a saúde daqueles que eram submetidos a uma prática de exploração, dentro de uma lógica de um sistema capitalista. Existia uma necessidade de acumulação incessante do capital e o máximo de aproveitamento dos equipamentos, por imposição da exigência da excelência na produção. Com isso, as relações de trabalho são modificadas, refletindo diretamente na saúde mental do indivíduo inserido nesse processo (MINAYO-GOMEZ; TEDIM-COSTA, 1997).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou, em 2017, um relatório global intitulado “*Depression and other common mental disorders: global health estimates*” que apontam para o crescimento de um quadro preocupante relacionado à saúde mental, com indicadores de diversos transtornos crescentes a nível mundial. Com isso, as chamadas estratégias de enfrentamento também têm ampliado o cenário das discussões, sendo as relações de trabalho um importante espaço para compreensão de questões relacionadas ao adoecimento, pois assim será possível fomentar contribuições para modificações no percurso do sofrimento, que permeia essas relações e que está atrelado ao atual mundo do trabalho (OPAS, 2017).

Os impactos acerca das relações de trabalho na saúde mental do sujeito têm sido objeto de estudo de diferentes áreas e alcançado um importante cenário de discussões, pois traz no seu escopo as inúmeras tentativas de se compreender o real significado do trabalho para o sujeito e seus efeitos nos processos de subjetivação na contemporaneidade que emerge dessas relações (FRAGA, 2006).

Para Dejours (1987), a organização do trabalho desempenha sobre o sujeito uma ação específica, que tem impacto no aparelho psíquico, isso vem ampliar o olhar a respeito das relações de trabalho, pois um sofrimento pode surgir a partir da interação de situações que confrontam o desejo do indivíduo, que se aproxima da sua história de vida e como a organização se relaciona com esse desejo no campo subjetivo.

Marx (1974), um dos maiores estudiosos do mundo da produção industrial capitalista, considera que o trabalho é uma ação de transformação da natureza pelos homens, seja individual ou coletivamente e que, nessa ação, os próprios homens se transformam. Quando plenamente desenvolvido, o trabalho representa um dos grandes focos transformadores da vida humana, pois envolve atividades conscientes, criativas e orientadas para determinados fins. Porém, quando a força de trabalho não segue o curso acima descrito, se apresenta uma pessoa exposta a fatores que podem representar um quadro de sofrimento que influencia diretamente na sua qualidade de vida.

Sob esse ponto de vista, deve existir, portanto, uma harmonia entre o trabalho e a saúde do sujeito, de forma a contribuir diretamente para uma melhor qualidade de vida. Nem sempre isso acontece e, nesses casos, pode impactar nas condições de saúde em geral, sendo que os problemas de natureza emocional são comumente reconhecidos nos processos de trabalho na contemporaneidade, ocasionado justamente pelo contexto dos tipos das tarefas impostas e pelas relações que se estabelecem (MARTINS, 2012).

Segundo Giroto e Diehl (2016), o nexos de causalidade entre o trabalho e o adoecimento atualmente tem alcançado um importante cenário de discussões, mas se apresenta ainda como algo bastante complexo. Essa relação tem sido objeto de investigação de pesquisas recentes, principalmente na dimensão dos impactos desta na saúde do sujeito, naquilo que pode trazer sofrimento e conduzir ao adoecimento.

Nesse contexto, os profissionais da segurança pública, em especial os que pertencem a polícia militar (PM), são considerados os que estão expostos a maiores riscos de adoecimento, visto que estão presentes fatores facilitadores do sofrimento mental como condições e organizações ocupacionais, entre elas a ausência de treinamento adequado e um bom planejamento de tarefas, sobrecarga do trabalho, que pode ser demonstrada na presença de uma jornada excessiva, o tempo reduzido para o descanso e lazer e, por fim, a evidência de precárias condições materiais e técnicas para sua prática cotidiana (MINAYO *et al.*, 2008).

Os policiais militares exercem a função de efetivar ações de policiamento ostensivo para a preservação da ordem pública, intensificando de forma setorizada a repressão aos crimes violentos, ou seja, trata-se de uma espécie de grupamento voltado para o atendimento de diferentes ocorrências que envolvem, na maioria das vezes, riscos a sua própria vida ou a vida de terceiros (FRAGA, 2006).

Considerando especificamente a atuação do policial militar, pode-se identificá-la, portanto, como um trabalho peculiar, visto os riscos diários inerentes a sua prática enfrentados e ainda a intensidade da imagem que se representa socialmente. Se constituindo, um importante campo de pesquisa, no que se refere a relação entre saúde mental e trabalho, e suas especificidades do cotidiano dessa prática profissional, algo que pode fazer emergir importantes discussões acerca dos processos de adoecimento psíquico, como é o caso do estresse ocupacional.

Com isso, a configuração do espaço de trabalho do policial militar é repleta de situações diárias de desafios que podem influenciar na sua saúde mental, sendo importante investigar as pesquisas que se direcionam para os riscos psicossociais que se relacionam com o adoecimento, em especial com a manifestação do estresse ocupacional, algo que permeia as relações de

trabalho dessa categoria profissional. Sendo assim se faz necessário enquanto problema de pesquisa considerar como tem sido apresentado no cenário de produção científica o nexo causal entre os riscos psicossociais e o estresse ocupacional no trabalho do policial militar.

Assim, a pesquisa teve por objetivo geral analisar a relação entre os riscos psicossociais e o estresse ocupacional na prática do policial militar. Onde seus objetivos específicos foram discorrer sobre a atuação do policial militar na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho; levantar os riscos psicossociais relacionados à execução da tarefa, à organização do tempo de trabalho e à estrutura da organização policial militar e investigar, no cenário de produção científica, a ocorrência do estresse ocupacional do policial militar.

Diante do contexto já exposto, essa pesquisa se justificou inicialmente em termos teóricos para o planejamento de intervenções voltadas para as condições de saúde do policial militar, visto que o seu processo de trabalho é peculiar pela exposição ao risco. E ainda por ser um profissional que presta um serviço essencial para a sociedade, em que a saúde mental pode ser um fator gerador de consequências substanciais na sua prática de garantia da preservação da ordem pública.

Fraga (2006) ressalta a necessidade de se aprofundar nos estudos sobre as relações de trabalho dos policiais militares, considerando que são poucas pesquisas que se dedicam a esse tema, no que se refere a uma abordagem acerca das condições de trabalho que se estabelecem. Aponta que comumente encontra-se ainda a nível de pesquisa, estudos que dão vistas ao trabalho do PM, relacionados aos processos de formação, enfatizando aspectos técnicos, carecendo, portanto, de maiores estudos voltados para as particularidades dessa profissão e o contexto do adoecimento.

Por se tratar de uma profissão de exposição intensa ao risco e ainda considerando os fatores psicossociais, já mencionados, um cenário importante de investigação se apresenta, apontando para a necessidade de traçar um percurso de estudo, acerca da análise da relação direta com a prática vivenciada pelos policiais militares, no que diz respeito a sua tarefa, a organização do tempo e a estrutura da organização militar, como aspectos que influenciam na sua saúde mental.

O sofrimento psíquico pode ocorrer de diversas formas e a depender da sua frequência, pode se reverter em um quadro patológico (DEJOURS, 1994). Sendo assim, se faz importante para o campo da Psicologia estudos que observem os fatores de risco para adoecimento dentro do contexto de trabalho do policial militar, considerando a intensa exposição e uma estrutura organizacional caracterizada por uma alta rigidez.

A nível pessoal, acredita-se com essa pesquisa que identificar os riscos psicossociais presentes na prática do policial militar e a sua relação com o estresse ocupacional é algo que aproxima da realidade dessa acadêmica pesquisadora, do cotidiano de profissionais de saúde, além das(os) psicólogas(os) que trabalham com esse público, de modo a contribuir para o planejamentos de ações de prevenção, ou mesmo, subsidiar discussões que possam fomentar o estabelecimento de uma política institucional de cuidados para que esse profissional se mantenha saudável e prestando serviço de qualidade à sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

Para pensar a relação saúde e trabalho é necessário lançar um olhar investigativo sobre suas implicações, a partir da organização do trabalho. A forma como o sujeito interpreta essa relação irá determinar sua reação frente a uma realidade favorável ou desfavorável quando se fala de saúde mental (FACAS, 2013).

A compreensão de como a organização do trabalho se estrutura na prática deve ser algo importante a ser considerado, principalmente no estudo acerca da instituição PM, na dimensão daquilo que é peculiar, seu cotidiano de rigidez e riscos que lhe são inerentes. Um espaço de trabalho que exige uma postura pautada em condutas e regras a serem cumpridas na íntegra pelos seus membros, algo que impacta a vida dos sujeitos que a integram (FRAGA, 2006).

A organização do trabalho policial tem sua base conceitual na dinâmica dos processos que a movimentam, dentro do seu cotidiano. A partir disso, pode-se observar a incorporação dos seus membros ao sistema e as influências que este exerce nas relações dos mesmos na organização (SILVA; VIEIRA, 2008).

Nesse sentido, antes de abordar as especificidades do trabalho do policial militar, é importante recorrer aos aspectos que referenciam a evolução conceitual da polícia no Brasil, para que sejam compreendidas as questões que emergem das relações no campo da saúde e do trabalho.

2.1.1 Origem e evolução conceitual da polícia no Brasil

O trabalho policial pode ser melhor compreendido a partir do estudo do seu processo histórico, pois facilita a explicação da sua configuração na atualidade, considerando a evolução através das diversas apresentações de suas manifestações nas organizações militares de segurança pública.

A palavra polícia tem sua origem no latim e no grego, com os termos iniciais *politia* e *politea*, respectivamente, que significa a organização política e de governo, que estava relacionada à necessidade manutenção da ordem por parte do Estado, com o surgimento da propriedade privada e do direito (PINHO, 2018).

A polícia militar foi constituída enquanto instituição no período imperial, mais precisamente no governo de Dom Pedro I, quando existiam muitas dificuldades em manter a ordem pública nas províncias, sendo “inicialmente com um caráter mais direcionado à proteção interna e defesa nacional, do que de atendimento aos fins de segurança pública. Inspirada no modelo da Europa Ocidental dos séculos XVIII e XIX”. (SANTOS, *et al.*, 2019, p. 18).

Sua origem estava bastante relacionada a uma força repressora que servia aos interesses do governo, sem qualquer preocupação inicial com a dimensão humana, pautada em ordens repressivas e truculentas que não respeitavam os princípios dos direitos humanos (SANTOS *et al.*, 2019). Sendo essa a configuração inicial, que permite compreender o distanciamento entre a população e a PM, pois sua imagem estava relacionada a ações que causavam impacto social, algo que levanta uma reflexão importante a respeito da influência, dos aspectos históricos nas relações existentes na contemporaneidade, enquanto herança cultural.

A procedência das polícias militares brasileiras está, portanto, fortemente ancorada na chegada da coroa portuguesa, com o objetivo de organizar os governos provinciais e principalmente conter as revoltas regenciais, algo que causava grande preocupação às autoridades da época, garantindo assim o controle sobre os conflitos e insatisfações locais (PINHO, 2018).

Durante esse processo de formação do Estado, algo que demarca a evolução da polícia militar, diz respeito à delimitação do território e todo o processo de centralização política que se estabelecia na época do Brasil colônia e se estendeu ao longo de décadas, cuja forma de governar se confundia com a própria valorização do território, sendo que o único objetivo do príncipe era garantir o poder dentro de um território demarcado. A habilidade consistia na sua forma de sua manutenção (MOURA, 2015).

Com o passar dos anos, as transformações sociais e principalmente a operação do sistema capitalista foi intensificando a forma de dimensão do trabalho do policial militar. A governabilidade foi alterada a partir do conceito de instituições e procedimentos, observando a descrição do que cabe a esfera pública e privada, ampliando assim a compreensão das ações da polícia militar. Esse contexto tem por base a articulação que a PM deve realizar entre as ações estatais de políticas no controle e o conhecimento da população no interior de um território determinado (MOURA, 2015).

Antes da Constituição Federal (CF) de 1988, as ações policiais estavam direcionadas às forças de controle, porém com a sua promulgação a organização policial militar adquire status de missão de proteção do cidadão, sendo este um importante marco histórico de compreensão da contextualização dessa instituição, apesar do seu caráter híbrido, com uma estrutura hierárquica e disciplinar (SILVA, 2006).

No entanto, é necessário registrar que na perspectiva institucional, o policial militar é acometido de tarefas que incidem em cobranças, visto a estrutura organizacional vigente. Mas apesar de ser reconhecido como um profissional que deve atuar no controle social incessantemente, também é importante pontuar que não deve ser responsabilizado por

solucionar problemas advindos de uma dívida histórica do Estado brasileiro frente à desigualdade social. Isso tem causado muitas reflexões acerca da atuação da polícia militar (SILVA, 2006).

A polícia pode ser compreendida na contemporaneidade como uma instituição estatal permanente, de direito e responsabilidade de todos, que não somente se volta para o exercício da preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, mas também deve assegurar e promover o respeito à dignidade da pessoa humana (AZKOUL, 1998).

A profissionalização da polícia brasileira é algo que se torna marcante na sua mudança frente ao seu objetivo traçado na sua história inicial, sendo considerado o seu atributo na modernidade, em uma tentativa de qualificação, através de processos de seleção, treinamento e formação, como forma de aumentar a confiança do cidadão, diminuindo o distanciamento e possibilitando um viés de mudança na sua atividade fim (MOURA, 2015).

Pode-se salientar que a evolução histórica vista na trajetória das polícias militares demonstra como principal característica organizacional o caráter híbrido quanto à real destinação do militar. As demandas e pressões advindas do ambiente tanto político, como institucional sempre foram destaque decisivo na atuação do policial militar. A missão de defender o Estado como prioridade se manteve durante todo um período histórico carregado de práticas truculentas, sem a dimensão da concepção de ordem pública na sua essência, que resultou em ações pautadas na centralidade e autoritarismo. Porém, o que se observa na contemporaneidade é um percurso que vem incorporando as chamadas atividades policiais militares “de verdade”, que seria uma visão ampliada da missão que mescla o Estado e seus cidadãos, enquanto detentores de direitos e deveres (SILVA, 2006).

No entanto, a força policial militar reflete ainda o poder do Estado e a institucionalização do espaço público, a dimensão repressora é algo que tem o seu conteúdo marcado na história e que se coloca como identidade genuína que deve ser observada no âmbito da sua atuação, no que se refere à prática voltada para a segurança nacional no que concerne à atual Constituição.

De forma progressiva, pode-se identificar uma evolução conceitual, que considera as mudanças históricas para o entendimento da estrutura organizacional militar e da sua atuação, com o objetivo de garantir o bem comum, por meio de um desempenho que repercute diretamente nas relações sociais que atualmente se estabelecem. Para tanto, a seguir serão considerados os aspectos que estruturam o trabalho do PM na contemporaneidade, observando o percurso histórico já estudado.

2.1.2 O trabalho do policial militar

São considerados servidores militares os indivíduos que prestam serviços no plano da administração dos Estados e União, sendo assim desempenham suas atividades no âmbito federal ou estadual, na forma remunerada, com o requisito de obedecer às regras e exercer um conjunto de atribuições que implique em um estado de alerta constante, atuando no confronto contra qualquer conduta irregular de qualquer cidadão (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

A organização policial militar representa sobretudo a manutenção da ordem pública, como já foi observado, porém demonstra a ação política do Estado que se operacionaliza na prática através das intervenções ostensivas frente às situações que ocasionam desordem na sociedade, que coexiste nas ações de pacificação, como também na mediação dos conflitos externos ou em ambientes domésticos, espelhando assim, uma representatividade de segurança pública (SILVA, 2006).

A demonstração da força da polícia militar se dá pela sua prática ostensiva, de forma setorizada, através do patrulhamento nas ruas, reprimindo os crimes violentos, com armamento e equipamento especializado. Portanto, “a atividade-fim do policial, o policiamento ostensivo, é exercida pelo policial fardado, em locais públicos, com caráter preventivo, pela observação e fiscalização, com a atitude de vigilância, tentando coibir a ação de infratores e evitar a ocorrência de atos delituosos” (FRAGA, 2006, p. 6). Assim, o trabalho do PM se reveste de particularidades, observando sua ação, no que concerne à sua função junto à sociedade e tudo que ele representa na dimensão simbólica, tendo por base todo o percurso histórico.

No entanto, na ação policial, a linha é tênue no que se refere ao uso da força comedida e moderada da violência, e isso é algo questionado cotidianamente na intervenção do PM no policiamento ostensivo. Toda a sua atuação é no sentido da restauração da ordem, atendendo a missão imposta institucionalmente através da sua subordinação, obedecendo assim uma cadeia de comando, sob pena de ser julgado internamente e externamente pelos seus atos (MUNIZ, 2001).

Para Fraga (2006), o trabalho executado por policiais militares é caracterizado por atividades que se repetem e se colocam dentro de um parâmetro de incertezas que se misturam de maneira paradoxal no cotidiano do policiamento ostensivo, diante da constante visibilidade que possui o uso da farda. São consideradas ações repetitivas por seguirem uma rotina de horas de permanência seguidas em pé, muitas vezes no mesmo lugar, com extrema atenção voltada para a execução do trabalho de policiamento ostensivo, que consiste em um compromisso diário e ininterrupto, através de uma intervenção direta e eficaz, nos acontecimentos tidos como

“anormais” no espaço público. Essa rotina também se mescla pela incerteza frente a um contexto de constante suspense de perigo, ingrediente fundamental no policiamento ostensivo.

Santos *et al.* (2019) ressaltam que os profissionais militares ainda carregam uma responsabilidade em solucionar todos os problemas, pois culturalmente a representação da polícia em nossa sociedade aponta para a ideia de uma instituição que atua no confronto em situações de anormalidade, mas com a obrigação de resolver os mais variados conflitos. Cabendo então ao policial, atender essas ocorrências e solucioná-las da melhor maneira possível, contribuindo para a ideia de um profissional que não pode cometer qualquer tipo de erro na sua atuação.

Nesse aspecto, o trabalho da polícia seria uma forma de compensar a presença imanente do Estado, preenchendo assim suas atividades através da ação da instituição PM, que ocorre na forma de um modelo preventivo e assistencial, de caráter repressivo, com a presença de tensões e confronto permanentes, potencialmente desgastantes, por lidar com questões que se referem às exigências no campo individual e coletivo, de natureza moral e social (SILVA, 2006).

A organização PM tem seu modelo inspirado nas forças do exército e se divide internamente, através dos seus batalhões, companhias e pelotões. Esse formato se relaciona às normas de hierarquia e disciplina militar, contidas tanto no código de exército, como da polícia. O policial militar possui uma ficha, onde será registrada toda a sua trajetória em termos disciplinares e será usada em momentos decisivos, como no caso de promoções ou julgamentos internos. O trabalho, portanto, perpassa por mecanismos que configuram as bases da instituição, que é a hierarquia e disciplina (MOURA, 2015).

Os profissionais policiais militares ingressam na carreira através de concurso público, onde passam por formações específicas para se tornarem policiais, participando de cursos e treinamentos especializados no combate à criminalidade, de forma que também se apropriam da cultura militar com seus regulamentos, estatutos e normas. São realizados testes de esforço físico e mental, chegando à exaustão muitas vezes, de forma verificarem através da resistência, àqueles que têm o perfil desejado pela instituição. Na capacitação, devem junto à corporação reafirmar ideais de virilidade, força, rudeza, superação e a coragem, atributos considerados essenciais e exigidos para a prática do policial militar (WINTER; ALF, 2019).

Segundo Muniz (2001, p. 180), “os profissionais militares não usam uniformes e sim fardas”, que se diferenciam à medida que na instituição a farda simbolicamente identifica a sua trajetória interna e reconhece a sua localização na estrutura organizacional. Atualmente a PM se divide em um quadro de oficiais, com os postos de coronel, tenente coronel, major, capitão e tenente; um quadro de praças especiais com o posto de aspirante a oficial e um quadro de

praças com as graduações de subtenente e sargento, e os cargos de cabo e soldado, em ordem hierárquica.

Os oficiais compõem o círculo superior e são preparados ao longo de sua carreira para executar funções de comando, chefia e direção. Já os praças auxiliam as ações dos oficiais, seja na administração ou no policiamento ostensivo, havendo uma ressalva para os cabos e soldados que necessariamente executarão tarefas de policiamento. Em outras palavras, a estrutura organizacional perpassa pela divisão de tarefas de acordo com nível hierárquico, isso deverá ser preponderante na determinação do cargo e função dentro da instituição (MUNIZ, 2001).

Segundo Santos *et al.* (2019), o desejo de ingresso na carreira do policial militar pode estar relacionado a alguns fatores, como a possibilidade de estabilidade através do concurso público, a ascensão profissional, motivações pessoais e subjetivas. Nesse sentido, muitas pessoas desconhecem como se estrutura internamente os padrões de trabalho da instituição, conhecendo de fato os seus efeitos na vida pessoal e profissional, após o seu ingresso.

Todo o trabalho do policial militar deve ser norteado pelos dispositivos legais vigentes e devidamente fiscalizado pelos órgãos competentes, como o Ministério Público, Ouvidorias, Comissões Legislativas, entre outros, mas principalmente pela própria sociedade, que tem um papel fundamental nesse processo, trazendo para o cenário a dimensão institucional e a especificidade da missão de preservar e proteger a ordem pública (SILVA, 2006).

A organização do trabalho na PM é pautada por uma estrutura rígida que configura um processo de trabalho peculiar, pois além da exposição intensa ao risco na atividade fim, também traz para esse espaço questionamentos quanto à lógica norteadora que delinea a prática diária, em um universo de intensas cobranças, uma carga de responsabilidade e prejuízo emocionais que se inserem na história de vida pessoal de cada sujeito nesse processo (SILVA; VIEIRA, 2008).

Esse modelo organizacional sofre muitas críticas, justamente pela ênfase aos aspectos formais, que diz respeito à uma estrutura burocratizada, tendo por base os pilares fundamentais da hierarquia e disciplina, trazendo uma complexidade nas relações de trabalho, com intensa resistência a mudanças (SILVA; VIEIRA, 2008).

Segundo Muniz (2001), a ênfase na forma, no cargo e na função conduz a organização da PM, todos os desdobramentos da operacionalização dos serviços estão centrados nesses três eixos. A forma são seus pilares fundamentais, o cargo determina a sua localização na estrutura organizacional hierárquica e isso direciona os processos de trabalho, enquanto a função dá o norte da competência que deve ser desempenhada.

Diante do exposto, observa-se que a instituição PM tem seus processos de trabalho diretamente ligados à forma ao qual se estrutura. Toda a configuração se pauta nas relações que se estabelecem a partir do reconhecimento dos cargos e funções distribuídos e da missão maior que é a manutenção da ordem pública, ou seja, a organização do trabalho é fator preponderante na análise das relações que se estabelecem e que podem influenciar no quadro de saúde do profissional militar.

Trata-se de uma estrutura muito rígida e uma formatação que pode impactar as condições de saúde tanto a nível individual quanto coletivo, sendo esses importantes riscos psicossociais a serem analisados nas relações de trabalho no contexto militar. Muitos são os desdobramentos que podem ocorrer quando um sujeito civil se insere numa instituição com essas particularidades. A seguir será demonstrado aspectos que podem ajudar na compreensão da ligação entre os riscos psicossociais e o estresse ocupacional, como expressão de uma realidade que pode causar impacto na saúde do policial militar.

2.2 RISCOS PSICOSSOCIAIS E ESTRESSE OCUPACIONAL NO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR

2.2.1 Contextualizando a saúde mental e o trabalho na Polícia Militar

Estudos que fazem a relação entre saúde mental e trabalho no contexto científico, nas mais diversas categorias profissionais, ainda são bastante recentes. A França é um país pioneiro nesse tipo de pesquisa, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, com contribuições da Psiquiatria Social. No Brasil, somente a partir dos anos 1980, essas pesquisas começaram a fazer parte do cenário acadêmico, sendo ainda muito incipientes linhas de cuidado voltadas para a prevenção e promoção de saúde mental dos trabalhadores no país (AMADOR, 2000). Portanto, identifica-se ainda a dificuldade em elaborar nexos de causalidade entre essas duas dimensões.

É importante destacar que o sofrimento é condição experimentada por todos os sujeitos que trabalham, sendo sua forma de expressão algo diferenciado de acordo com a categoria profissional a que pertencem, ou seja, devido às particularidades evidenciadas na organização do trabalho (AMADOR, 2000).

Todo trabalhador sabe na prática o que é trabalho. Sua realização pode significar esforço, atividade econômica para sobrevivência, formas de realização profissional, ofício ou ocupação remunerada. No entanto, o conceito de trabalho é complexo e ao longo da história da humanidade adquiriu vários significados (ORNELLAS; MONTEIRO, 2005).

O trabalho é realizado por meio de fases sucessivas e articuladas de atividades mais ou menos complexas. Por isso, fala-se de um processo de trabalho que, em cada etapa, também pode ser mais ou menos complexo. Uma análise do processo de trabalho identifica facilmente os fluxos que se sucedem na produção de um bem ou serviço, normas técnicas de atuação, cargas de trabalho, tipos e variações dos riscos para a saúde, nas diversas etapas (GIROTTI; DIEHL, 2016).

Segundo Seligmann-Silva (1994), no campo da Saúde Mental e Trabalho, a análise se dará sempre voltada para a inter-relação entre o trabalho e os processos saúde/doença, em que a dinâmica irá se manifestar marcadamente nos fenômenos mentais, mesmo quando sua natureza seja de modo eminente inscrita no social.

Para se alcançar um maior conhecimento acerca da relação entre saúde mental e trabalho, é necessário pesquisar a importância que o trabalho tem para o indivíduo, ao mesmo tempo da compreensão que este apresenta sobre a dimensão do trabalho em âmbito social (CODO, 2007). Sendo assim, saúde mental nesse contexto, apresenta uma função que pode ser transformadora, à medida que pode ressignificar a prática do trabalho e dá novos direcionamentos aos sujeitos.

O trabalhador, portanto, tem no trabalho a sua saúde mental preservada, quando este transforma sua vida, caso contrário, tem sua saúde mental abalada, o que conseqüentemente vai levar a um quadro de doença ocupacional, ou seja, para ter sua saúde mental preservada terá muitas vezes de se afastar das suas atividades laborais. Nesse momento, o sofrimento estará estabelecido (GIROTTI; DIEHL, 2016).

O trabalho na Polícia Militar apresenta características peculiares próprias da função que relacionam ao enfrentamento de situações-limite, envolvendo vivências concretas de perigo e risco constante como condição de trabalho. Além das questões próprias do trabalho policial militar, tem-se uma conjuntura permeada de adversidades e com índices alarmantes de violência e criminalidade juntamente com pressões da sociedade que cobra eficiência e exige da polícia a diminuição da violência dos grandes centros, desconsiderando todos os fatores sociais, políticos e econômicos associados à questão (FRAGA, 2006).

As situações de risco e perigo que passam no cotidiano de trabalho e as relações que se estabelecem com a estrutura das organizações militares refletem diretamente na saúde mental e na qualidade de vida dos militares. Conseqüentemente, surge a sobrecarga física e emocional; gerando desgastes, insatisfações e estresse, elevando assim, os índices de afastamento do trabalho para tratamento de saúde, em decorrência de outras comorbidades adquiridas no decorrer do exercício profissional e que estão relacionadas a um quadro de estresse, bem como

aposentadoria precoce, o que gera a perda da força de trabalho, que poderia ainda está na ativa (MINAYO *et al.*, 2008).

Conforme Santos, Hauer e Furtado (2019), o sofrimento psíquico é visto a partir da compreensão de experiência subjetiva distinta e individual. Sendo manifestados através de sintomas, angústias, inibições, compulsão, repetição, entre outros. Porém, também pode ser entendido observando conjunto de fatores psicológicos que afetam o funcionamento adequado de um sujeito, que escapa o seu domínio pessoal, causando-lhe sofrimento, representados por sentimentos desagradáveis, emoções que o afetam e que podem ocasionar em um quadro patológico.

Com isso, tem-se encontrado no âmbito das relações de trabalho na polícia militar queixas das mais diversas relacionadas às atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho que se misturam com os chamados agentes ou estímulos estressores, possibilitando o aparecimento dos transtornos decorrentes do estresse no trabalho, como é o caso das depressões, ansiedade patológica, pânico, fobias, doenças psicossomáticas etc. Sendo assim, a pessoa passa a não responder às demandas do trabalho, mostrando-se insatisfeito, muitas vezes irritado e deprimido (MINAYO *et al.*, 2008).

Observando a organização do trabalho na PM, o contexto favorece o surgimento do sofrimento, no momento em que o policial não consegue satisfazer suas necessidades no campo do trabalho, sendo evidenciada pela presença de sensações desagradáveis que podem afetar tanto a sua relação com o meio, como também com os demais indivíduos que o cercam (MENDES, 2012).

Minayo *et al.* (2008) relatam que os efeitos da saúde e doença têm influências tanto no corpo como em repercussões contidas no imaginário, com ambas as implicações reais. Assim, as ações no sentido da prevenção demandam observações voltadas para os valores, atitudes e crenças que permeiam o mundo do trabalho para aquela pessoa, na perspectiva de abranger o subjetivo e o social, como elementos fundamentais de análise, de forma a complementar a visão dos fenômenos que o envolve.

É evidente identificar que a categoria policial militar é bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico e que merece atenção, sendo necessário ampliar um olhar tanto nos processos de formação, como também nas relações que se estabelecem no cotidiano da prática, pois trata-se de uma estrutura organizacional engessada, rígida que revela a necessidade de cuidados em saúde mental.

Com isso, faz-se necessário fortalecer junto aos policiais militares os fatores de proteção individuais e coletivos, observadas as peculiaridades da organização do trabalho na PM.

Contudo, para compreender o fenômeno do adoecimento é importante se reportar à relação entre riscos psicossociais e estresse ocupacional, para que assim possam ser desenvolvidas ações de proteção e promoção de saúde mental nesse espaço de trabalho.

2.2.2 Relação entre riscos psicossociais e estresse ocupacional

O sofrimento psíquico deve ser algo considerado para efeito de análise, quando se volta para a prática de trabalho dos policiais militares, sendo a relação entre riscos psicossociais e estresse ocupacional um importante caminho a se percorrer na tentativa de compreender o fenômeno do adoecimento junto a essa categoria profissional.

É necessário esclarecer que o sofrimento não possui uma manifestação única para todos os indivíduos, seja de uma mesma família, cultura ou um determinado período histórico. Quer dizer que para uma determinada pessoa uma situação pode trazer sofrimento, sendo que para outra poderá ser uma fonte de prazer e vice-versa. Sendo relevante destacar que é possível que exista uma mesclagem de prazer e sofrimento, simultaneamente, em várias situações (BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2004).

Nessa perspectiva, o modo como é enfrentado o sofrimento depende da organização do trabalho e da dinâmica das relações subjetivas. Esse sofrimento pode ser vivenciado e enfrentado sob duas condições, sendo a primeira a forma patológica e a segunda, pode estar relacionada a uma mobilização subjetiva, de construção e utilização de estratégias, seja no campo individual ou coletivo de enfrentamento da dor (FACAS, 2013).

Para Vasconcelos (2013) existem três tipos de sofrimento. Um sofrimento que se relaciona com a ética, que resulta da discordância do trabalhador, frente a situações que lhe obriguem a agir de forma contrária aos seus preceitos e valores, o que poderá causar um conflito interno de natureza moral e emocional. Um outro sofrimento é aquele considerado patogênico, sendo o próprio adoecimento do trabalhador diante dos riscos expostos na relação de trabalho. E, por último, um sofrimento criativo, ou seja, aquele que se converte em criatividade transformadora, diante de fatores que favorecem o adoecimento, de forma a contribuir com a construção de uma identidade, aumentando a resistência e a autonomia psíquica.

O sofrimento criativo está ligado ao prazer que foi conquistado no trabalho, por meio da mobilização da inteligência, personalidade e reconhecimento realizado pela organização do trabalho. O processo de transformação ou ressignificação do sofrimento em prazer, e em consequência o alcance da identidade e conquista da saúde vão depender de como o sujeito cria as suas estratégias defensivas contra o sofrimento (MARTINS, 2012).

Os militares se deparam com um cotidiano crítico, oriundo do fenômeno social, que diz respeito à sua atividade fim, em um agir diuturno, sob condições adversas de tempo, ambiente, deficiência de instrumentos e equipamentos, entre outras. Sendo assim, a atuação na linha de frente inibindo a violência, no policiamento ostensivo expõe o PM a uma série de exigências, advindas da organização do trabalho e da sociedade (GOUVEIA, 1999).

Santos, Hauer e Furtado (2019) ainda compreendem que a profissão do policial está intimamente ligada a muita cobrança por parte da instituição, a disciplina rígida e um alto risco ocupacional. A sua rotina de trabalho, portanto, pode provocar danos à sua integridade física e de outros. Ser policial, portanto, diz respeito a estar sempre em um alto grau de vulnerabilidade ao sofrimento psíquico, uma vez que estará sempre em uma rotina de trabalho marcada por tensão e perigos constantes.

Os policiais são considerados uma das categorias de trabalhadores com maior risco de vida e de desenvolvimento do estresse. Especificamente, os policiais militares têm apresentado níveis elevados de estresse, frente a outras categorias profissionais. Não só pela natureza das atividades, mas também pela presença de riscos psicossociais evidentes, como sobrecarga de trabalho, estrutura das relações internas e fundamentos rígidos da organização, que se apoiam em hierarquia e disciplina militar, repercutindo na saúde física e mental. Destacam-se, também associado ao que foi exposto, outras fontes geradoras advindas de relações conflituosas com o Sistema de Justiça e com o público atendido (WINTER; ALF, 2019).

Os riscos psicossociais no trabalho foram definidos inicialmente pelo Comitê dos Altos Responsáveis da Inspeção do Trabalho (CARIT) como os aspectos de organização e gestão do trabalho que interagem com os contextos sociais e ambientais, com potencial para causar dano psicológico, social ou físico (CARIT, 2012).

Para Facas (2013), os riscos psicossociais podem provocar o adoecimento do trabalhador e comprometer a qualidade da prestação dos serviços, pois decorrem em grande parte, dos efeitos negativos originados da organização do trabalho, no que se refere aos estilos e estrutura da gestão, ocasionando em sofrimento patogênico. Nesse sentido, pode-se evidenciar que estes estão de fato presentes nas relações de trabalho dos policiais militares, de forma bastante intensa.

Matos (2014) apresenta em seus estudos que quatro fatores são interessantes para categorizar os riscos psicossociais presentes na prática do policial militar, são eles: os fatores de risco ligados à tarefa; ligados à organização do tempo de trabalho, ligados à estrutura da organização e outros fatores psicossociais, que podem ser da relação direta com a prestação do serviço à sociedade.

Os fatores relacionados à tarefa podem ser àqueles ligados à oportunidade de o profissional desenvolver habilidades próprias, a monotonia, repetição ou intensidade de atividades no cotidiano da organização, a maneira como a autonomia se estabelece, ao controle do ritmo de trabalho e volume em relação ao tempo disponível, bem como a interrupções abruptas e a um desgaste emocional e cognitivo na execução das tarefas (MATOS, 2014).

O autor relata que os fatores que estão ligados à organização do tempo se referem à duração deste no espaço do horário de trabalho, como é o caso da modalidade por turnos/escalas, que intensifica a sua sobrecarga. Nesse aspecto o policial militar tem uma jornada de trabalho significativa, sem um horário predeterminado, pela necessidade de uma cobertura excessiva frente às demandas que surgem, ou seja, sem horário certo de entrada e saída, a disposição do serviço sempre, conforme preconiza o seu regulamento.

Já os fatores ligados à estrutura da organização dizem respeito ao apoio social de colegas e superiores, e ainda a quantidade e qualidade das relações sociais no trabalho, que são evidenciadas a partir do sistema de participação, da estabilidade profissional, bem como da presença de mudanças positivas, como o reconhecimento e promoções, tarefas de acordo com a qualificação, um tratamento com respeito, justiça e um salário que atenda às necessidades (MATOS, 2014).

Por fim, também são encontrados fatores que se referem à exposição ao perigo iminente advindos da prática cotidiana do policial militar e a sua representação simbólica, que incide em julgamentos e cobranças outras, além daquelas que comumente são enfrentadas no interior da organização (MATOS, 2014).

Lopes e Marques (2018) em uma recente pesquisa descritiva, através de uma abordagem qualitativa, demonstrou os possíveis fatores que podem contribuir para o adoecimento psicológico dos policiais militares. Sendo que os resultados apresentados dizem respeito a fatores como o excesso de carga horária de trabalho, cobrança excessiva e aspectos ligados à hierarquia militar, que na percepção dos militares pesquisados favorece um ambiente propício para o desencadeamento de adoecimento psicológico. Nesse estudo, as autoras também ressaltam a importância de outras pesquisas que possibilitem o aprofundamento das questões ligadas às relações de trabalho dos policiais militares, como forma de promover a prevenção e os cuidados necessários para evitar o sofrimento intenso e, conseqüentemente, o adoecimento psíquico.

Dessa forma, existem riscos psicossociais evidentes que podem causar sofrimento aos policiais militares e é algo que deve ser considerado para categorizar uma análise de como a presença desses podem em algum momento favorecer o adoecimento, de como o manejo desses

riscos podem ser determinantes para o olhar subjetivo acerca do trabalho e de como este pode ser fonte de prazer ou sofrimento, no que se refere à presença ou ausência de uma patologia estabelecida, como é o caso do desenvolvimento do estresse ocupacional (LIPP, 2004).

Para Lipp (2004), o estresse pode ser compreendido inicialmente como uma forma de responder adaptativamente por parte do organismo e do psiquismo, frente a uma situação que desequilibra o processo de homeostase. Nesse momento, o sujeito percebe a presença dos estímulos estressores e então é gerada uma tensão que pode se manifestar, tanto através de respostas físicas quanto psicológicas, com sintomas como irritabilidade, a dificuldade de concentração, a insônia, a ansiedade e, em alguns casos, a insegurança, fazendo com o indivíduo se reforce continuamente tentativas para o retorno a homeostase.

O estresse se caracteriza por quatro fases, a primeira que seria a fase de alerta, que ainda é considerada uma fase positiva, o sujeito costuma fazer uso do seu repertório físico e psicológico frente a uma situação desafiadora. A segunda fase, também chamada de fase de resistência, já é verificada uma situação maior de desconforto físico e/ou emocional, que exigem uma maior capacidade de resposta por parte do indivíduo. Na terceira fase, tem-se uma quase exaustão, já são demonstradas fragilidades, podendo surgir os primeiros sintomas de adoecimento psíquico e/ou emocional. Por último, a quarta fase, considerada a mais preocupante, pois já se passaram todas as outras fases anteriores, chegando à exaustão, não conseguindo solucionar as questões estressoras, entrando na fase aguda, não havendo mais condições de resistir ao desencadeamento de doenças de natureza física e psicológica (LIPP, 2004).

Os impactos do estresse passam a ser considerados negativos, a depender da frequência, da intensidade de promover as respostas adaptativas, ou seja, à medida que os profissionais aumentam o esforço em se adaptar, considerando a exposição aos riscos psicossociais, têm-se a probabilidade de se estabelecer o sofrimento, que pode assim ser transformado em estresse ocupacional, algo que já traz a dor construída e um percurso de adoecimento (ALVES, 2018).

No entanto, se faz necessário diferenciar para efeito de análise o estresse geral, em que são vistos estímulos estressores diversos, do estresse ocupacional, para àquele que se identifica a partir de demandas organizacionais específicas no contexto de trabalho. O estresse ocupacional poder ser, portanto, compreendido, considerando a percepção do indivíduo sobre as demandas que emergem do trabalho, em que possam ser julgadas estressoras, bem como podem exceder sua habilidade de enfrentamento, provocando reações negativas no sujeito (PASCHOAL; TAMAYO, 2004). Sendo que nesse contexto, o desempenho dos trabalhadores se apresenta de forma prejudicada, podendo incidir diretamente na sua saúde.

O estresse ocupacional, portanto, gera uma percepção e uma sensação por parte do sujeito, de uma ausência de controle, frente a uma situação específica, mesmo demonstrando um esforço excessivo do trabalhador em se manter sob controle, de modo que consequências e prejuízos à saúde podem surgir a partir desse comportamento. Algumas variáveis são relevantes para análise da presença do estresse ocupacional, sejam elas ambientais ou que fazem parte da experiência subjetiva de cada sujeito (DOLAN, 2006).

Todo e qualquer tipo de trabalho apresenta fatores psicossociais, estímulos estressores, e que podem contribuir para o desenvolvimento do estresse ocupacional, porém se diferem de uma profissão para outra. Isso acontece porque algumas profissões possuem maior nível de rigidez e risco que outras, além de cobranças advindas da instituição, que podem ser dos superiores ou da função específica que desempenham, como é o caso do policial militar, ao qual encontramos diversos agentes estressores que merecem atenção especial, considerando essa categoria de trabalho (MEZOMO, 2018).

As condições de trabalho dos policiais militares são consideradas exaustivas e insalubres, pois estão expostos a riscos e muitas vezes, sem equipamentos de segurança avançados, que deixam os mesmos em situação de vulnerabilidade ao surgimento do estresse ocupacional. Os riscos psicossociais associados à execução da tarefa, a organização do tempo e a estrutura da organização militar são fatores que estão associados ao aparecimento do adoecimento, expressado na forma de estresse ocupacional (MINAYO *et al.*, 2008; MATOS, 2014).

Minayo *et al.* (2008), em suas análises, ressaltam que o estresse ocupacional apresentado pelo policial militar tem relação sobretudo com a organização hierárquica, que oferece um grande peso sobre as chefias que necessitam de decisões categóricas e efetivas, mas que também tira a possibilidade de criar e decidir dos seus subordinados. Tem também uma relação com as condições objetivas da prática cotidiana do PM e com as condições subjetivas insatisfatórias de realização de um trabalho, que se configuram no sentimento de falta de reconhecimento institucional e social, observando a experiência individualizada de cada policial frente a esse cenário.

O policial militar, portanto, lida diariamente com riscos reais e imaginários, dentro da dimensão de um movimento de incerteza no campo do trabalho, desencadeando dentro desses processos um sofrimento que se baseia nesses dois aspectos, agravando as respostas de alerta, com repercussões diretas na sua saúde, ou seja, suscetíveis ao estresse ocupacional. Os sintomas que podem ser destacados que indicam a presença desse tipo de estresse são: fadiga constante e progressiva, com a presença de dores musculares, alterações do sono, problemas

gastrointestinais e ainda a falta de atenção e concentração, com alterações da memória, baixa autoestima, impaciência, irritabilidade, agressividade, alto consumo de substâncias psicoativas, entre outros (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Ao relacionar estresse e trabalho, tem-se que os fatores psicossociais são identificados a partir da interação entre o trabalho em si, as condições do ambiente e as características pessoais do sujeito, ou seja, na forma como o mesmo percebe o mundo do trabalho (ZANELLI *et al*, 2010).

Os policiais militares se deparam com enfrentamentos diários dentro da sua atuação que envolve diversas situações que merecem uma atenção especial. Na sua atividade fim estão sempre frente a violências, tensões, julgamentos sociais, entre outras. Internamente enfrentam as questões que se referem à organização do trabalho, na dimensão da sua tarefa, do tempo e ainda da estrutura rígida que envolve a hierarquia e disciplina, como seus pilares. Gerenciar os efeitos negativos dos riscos psicossociais aos quais estão expostos é um grande desafio para que não sofram danos físicos e psicológicos, de forma a desenvolverem o adoecimento.

No entanto, o envolvimento para prevenção dos danos que podem ser causados na dimensão da prática do policial militar, deve ser cuidadosamente promovido tanto pela organização do trabalho, como também dos sujeitos que fazem parte dela. Dessa forma, é possível se aproximar das questões que emergem das relações de trabalho e organizar ações mais direcionadas a realidade a ser enfrentada nesse universo que permeia o policial militar.

Por isso, a necessidade de se aprofundar os estudos acerca de como a presença dos riscos psicossociais nessa categoria podem ocasionar adoecimentos, como o estresse ocupacional, já que as pesquisas pouco se voltam para investigações que fazem essa relação no contexto de trabalho do policial militar, algo que se faz necessário perante a uma realidade onde muitos são os riscos e imprescindíveis são as mudanças que permitam ações de prevenção e promoção em saúde mental para esses trabalhadores.

2.3 A RELAÇÃO ENTRE O SUJEITO E O TRABALHO SOB O OLHAR DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A Psicodinâmica do Trabalho (PdT) é uma teoria inaugurada por Christophe Dejours (1980), inicialmente apoiada na psicanálise, psicossomática psicanalítica, ergonomia franco-belga, trazendo contribuições da sociologia do trabalho, da sociologia política e da psicopatologia do trabalho francesa. Tem sido base fundamental para elucidação de questões que se evidenciam nas relações de trabalho e o conteúdo que emerge dessas relações (MARTINS, 2012).

A teoria que fundamenta a PdT está ancorada diretamente aos estudos acerca da psicopatologia do trabalho que surgiu no início da década de 1950. Foi um período considerado pós-guerra, em que classes de trabalhadores sentiam os efeitos do trabalho literalmente, com intenso desgaste psíquico. Diante desse contexto, buscar a compreensão de como os indivíduos manejavam os obstáculos impostos e se mantinham estabilizados, passou a ser um campo de estudo, principalmente a partir dos anos 1980, com um olhar voltado para o sofrimento, no que se refere ao enfrentamento, bem como a resistência frente às adversidades. Nesse sentido, a teoria tem seus pressupostos na sanidade e equilíbrio psíquico, como resultado de uma conquista do sujeito em busca do prazer no trabalho (FERREIRA, 2016).

A origem do pensamento dejouriano acerca do sofrimento humano, se fundamenta principalmente no desenvolvimento industrial do século XIX, caracterizado pelo intenso crescimento da produção, do êxodo rural, com muita concentração de novas populações urbanas. Portanto, um período crítico no que se refere às precárias condições de trabalho, e ainda crianças ocupando empregos nas produções industriais, baixos salários e insalubridade, com elevados índices de acidentes. A configuração social da época era de alta morbidade e mortalidade, sendo que o grande desafio era se manter vivo e com saúde, ou seja, uma luta diária pela sobrevivência (DEJOURS, 1992; RODRIGUES; ALVARO; RONDINA, 2006).

Ao se falar da precarização do trabalho, Dejours (1992) aponta a importância de se ter presente elementos que possam contribuir para o entendimento da realidade subjetiva vivenciada pelos trabalhadores da época e aplicáveis aos dias atuais. Ou seja, a convivência em um mundo de garantias trabalhistas, que apesar de conquistadas, nem sempre são observadas na prática, de modo que psiquicamente os sujeitos manejam com suas estratégias esse contexto que incide muitas vezes em sofrimento (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Inicialmente, a PdT se preocupava em investigar os processos psíquicos que são acionados pelo confronto do sujeito, considerando a sua história de vida preexistente com as questões do trabalho, que são colocadas à revelia da sua vontade. Sendo assim, a organização do trabalho ocupa um lugar de representante da vontade do outro e o sujeito no desafio de fazer funcionar as suas satisfações de forma criativa, através dos seus arranjos frente à realidade que o cerca (MARTINS, 2012).

No entanto, ao longo dos anos, a teoria se reinventa e se amplia, sendo que a PdT é considerada hoje, antes de tudo, uma disciplina clínica que se sustenta na descrição e na compreensão das relações entre trabalho e saúde mental. A teoria, portanto, que se dedica a inscrever os resultados a partir da investigação do que engloba o sujeito, na sua relação de

trabalho, em uma visão clínica, acompanhada principalmente da base psicanalítica e da teoria social (DEJOURS, 2007).

A PdT tem seus estudos voltados para análise de duas dimensões acerca da organização do trabalho: a primeira voltada para a divisão do trabalho (forma da prescrição das tarefas e sua operacionalização) e a segunda para a divisão dos homens (definição, divisão e distribuição das tarefas entre os trabalhadores, bem como a disposição da fiscalização, controle e relações de poder). Vale destacar que Dejours observa que a dimensão da organização do trabalho deve ser analisada sob os aspectos do que rege aquilo que é devidamente “prescrito” e o que é considerado o “real”, identificando os fracassos relativos à normatização prescrita diante de um quadro de mudanças da realidade, principalmente, refletindo sobre as situações inesperadas que impactam a vida do trabalhador (DEJOURS, 1994; MENDES, 2007; MARTINS, 2012).

Sendo assim, o conceito de trabalho nessa perspectiva perpassa por uma nova compreensão, pois a PdT propõe que o trabalho seria a atividade manifesta por homens e mulheres para realizar aquilo que ainda não está prescrito pela organização do trabalho. Se identifica como o que foi inventado pelos homens para combater a lacuna que existe entre a organização prescrita e a organização real, exigindo uma mobilização da inteligência e da personalidade, que supõe o aparecimento da criatividade e da ação moral nesse processo (DEJOURS, 1994).

Trabalhar na visão dejouriana seria a capacidade de preencher o espaço entre aquilo que é prescrito e o real. O trabalho real se coloca como resistência ao que foi prescrito, ao que se sabe fazer, a técnica devida a ser empregada, o que pode gerar sentimento de impotência, fracasso, irritação, raiva e decepção, se apresentando como um elemento surpresa, desagradável, ofensivo. Inicialmente o sujeito pode manifestar passividade, porém ao longo da exposição, o sofrimento pode estar presente, por meio de uma exigência psíquica para solucionar o incômodo. Então, este tolera e pode desenvolver estratégias de superação, tornando-se mais experiente e criativo ou cair no adoecimento (NOGUEIRA; OLIVEIRA; BELLOC, 2020).

A análise do real no trabalho é entendida como um lugar de construção da identidade do sujeito, a partir do reconhecimento do impacto das vivências de prazer e sofrimento que se inserem na sua vida, cabendo a PdT o desafio de refletir sobre as ações que favoreçam as transformações dos destinos do sofrimento e não a sua total eliminação (PINHO, 2018).

Nesse sentido, o trabalho é compreendido não apenas a partir de uma relação de emprego e salário, mas como um “engajamento da personalidade e do corpo para responder às tarefas delimitadas, é o saber-fazer, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir de

interpretar, reagir às situações, poder de sentir, de pensar e de inventar” (DEJOURS, 2007, p. 30). Sendo assim, o trabalho é visto de uma forma mais ampla, na medida que ultrapassa o seu tempo limite e também de como a personalidade se mobiliza na relação que se estabelece no espaço da organização.

Mendes (2007) pontua que a PdT tem o propósito de estudar a dinâmica das relações na organização do trabalho que se manifestam a partir das vivências de prazer e sofrimento, principalmente voltadas para o enfrentamento e mediação das contradições que emergem dessas relações, nas questões que podem ser levantadas para compreensão daquilo que reflete o estado de saúde e doença, no mundo do trabalho.

Para Facas (2013), o enfoque dado pela PdT se situa, portanto, no sujeito frente à sua atividade de trabalho, na abordagem de como o comportamento se configura a partir do investimento realizado pela subjetividade de que o realiza. Aquilo que se coloca como essência na vivência do trabalho vai surgir na extensão da subjetividade, do que não é visível, mas é percebido pelo sujeito de uma maneira singular.

Nesse caso, o trabalho na teoria Psicodinâmica tem sua centralidade voltada para o ponto de vista psicológico e não diz respeito à uma racionalização instrumental, aparecendo, portanto, como um mediador entre o inconsciente e o campo social, onde localiza o desejo de construção da identidade do sujeito, da sua própria história, em uma perspectiva de busca da completude, que se dá a partir do olhar do outro, sob a forma de reconhecimento (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

O trabalho, nesse aspecto, pode ser tanto gerador de saúde como também de adoecimento. Se coloca, portanto, em um lugar que permite a manifestação da subjetividade individual e da construção da subjetividade voltada para o trabalho, na medida que identifica se o mesmo se apresenta como fonte de prazer ou sofrimento. Quando o indivíduo consegue se movimentar e buscar formas criativas de resolver os problemas, se mantém saudável, quando ocorre o contrário o sofrimento se estabelece (PINHO, 2018).

A compreensão dos processos ligados à saúde e à doença no trabalho se dará a partir de uma análise psicodinâmica das vivências do trabalhador em relação à organização do trabalho. Pois somente assim será possível que a realidade seja representada socialmente, demonstrando a mobilização que será realizada pelo trabalhador, observando o seu contexto profissional, sendo sua subjetividade nesse campo constituída pela sua percepção individualizada, por meio de um processo interativo que problematiza suas questões no contexto dessa relação (GIONGO, MONTEIRO; SOBROSA, 2015).

Sendo assim, a busca por estratégias e investimentos psíquicos para manejar a realidade do trabalho será o norte para o sujeito que precisa se mobilizar frente à organização do trabalho. No entanto, nem sempre é aceita a possibilidade do sofrer e de externalizar seus sentimentos e suas angústias, com isso se instala a negação, uma estratégia defensiva que se utilizada frequentemente poderá favorecer o adoecimento, quer dizer que o não enfrentamento do sofrimento latente pode interferir diretamente na sua saúde psíquica a nível patológico (DEJOURS, 1994; MENDES, 2007).

O aporte teórico da PdT revela que não se busca a eliminação do sofrimento, como já foi visto, e sim sua transformação, de maneira que seja um benefício na saúde do trabalhador, ou seja, “quando o sofrimento pode ser transformado em criatividade, ele traz uma contribuição que beneficia a identidade, aumenta a resistência do sujeito ao risco de desestabilização psíquica e somática e funciona como um promotor de saúde” (MENDES, 2007, p.35)

Para a PdT, os sujeitos não são apáticos frente aos constrangimentos organizacionais, pois são capazes de se manterem protegidos das situações que oferecem risco a sua saúde, à medida que criam estratégias para o manejo do sofrimento. Os laços mediadores voltados para as pressões do trabalho, podem desenvolver reações de defesa tanto a nível individual, como coletivo, promovendo um “equilíbrio dinâmico instável entre sofrimento e estratégias defensivas contra este” (MARTINS, 2012, p. 72).

A teoria traz a reflexão da capacidade do sujeito de lutar por sua saúde mental, frente às condições impostas no mundo do trabalho, do que principalmente, pode acarretar um quadro patológico. Apesar do conflito instalado, o enfrentamento ao que se coloca muitas vezes como contraditório nas relações de trabalho será o aspecto que mobiliza o indivíduo para resolver suas questões de maneira criativa, podendo fortalecer sua identidade e sua autonomia (FACAS, 2013).

A posição frente à dor possibilitará ao trabalhador se deparar com vivências de prazer ou de sofrimento no mundo do trabalho. Trata-se de implicação de natureza subjetiva, ou seja, diante de um contexto de valorização e reconhecimento, o prazer se fará presente, caso contrário, o desgaste definirá o sofrimento (MENDES, 2007).

Nesse sentido, a satisfação no trabalho poderá geralmente estar associada ao reconhecimento, valorização e desempenho do profissional, aspectos essenciais para produzir prazer no ambiente laboral. Sendo a satisfação a responsável por gerar sentimentos de autorrealização, que fortalecem a autonomia e a identidade do indivíduo. Vivenciando o prazer, o trabalhador consegue lidar com o seu cotidiano, principalmente com a mediação entre o

trabalho prescrito e o real, ressignificando a sua relação com a organização (MINAYO, *et al.*, 2008).

O prazer está relacionado a uma satisfação que tem uma alta representação para o sujeito, se manifestando diante das adversidades impostas pela própria civilização. Remete a uma intensa descarga psíquica, perante a tarefa a ser executada, que intensifica a inteligência nesse manejo. O sofrimento será evidenciado sempre que sensações desagradáveis emergem das relações, não satisfazendo as necessidades do trabalhador na sua prática, e isso tem uma origem inconsciente, relacionada aos desejos mais profundos, que se revelam muitas vezes de forma consciente, por meio dos projetos ou expectativas de vida frente ao mundo do trabalho ao qual está submetido (MENDES, 1995).

No contexto do trabalho, o conteúdo das tarefas, a estrutura da organização e a qualidade das relações, principalmente com os pares e com a própria hierarquia, podem ser panoramas que permitem manifestações de prazer ou sofrimento na vida do sujeito. A margem de liberdade oferecida, bem como o reconhecimento da organização diante da contribuição do trabalhador será o equilíbrio psicodinâmico entre prazer e sofrimento, operando assim, a relação entre saúde e adoecimento (MARTINS, 2012).

Observa-se que as organizações de trabalho costumam na sua configuração explorar o sofrimento e as estratégias defensivas, através de ideologias que promovem a aculturação, estimulando a cooperação em prol de uma produção, provocando alteração nas relações intersubjetivas entre os seus membros, interferindo na concepção que estes têm acerca do saber fazer, como por exemplo, nas adequações de tarefas e ritmo de trabalho para manter índices satisfatórios de produtividade (MORAES, 2013).

Mendes (2008) acrescenta que organização do trabalho tem se apresentado para alcançar seu objetivo, de maneira fragmentada e decomposta nas especificidades das suas atividades, impactando diretamente na divisão das tarefas. Ocasionalmente, muitas vezes, ações repetitivas e não integradas, o que dificulta o processo de uma visualização mais ampla, por parte dos trabalhadores, que perdem o real significado do trabalho. Ou seja, promove apenas a adoção de técnicas disciplinares para a progressão das atividades e, principalmente, a perpetuação da exploração da força de trabalho. Distanciando, assim, dos processos subjetivos de construção da sua identidade, gerando uma dinâmica defensiva.

No entanto, o trabalhador tem encontrado diferentes formas de enfrentamento das adversidades, que surgem nas relações de trabalho, que ocasionam em sofrimento originário de condições que causam desequilíbrio e provocam riscos psicossociais decorrentes desse contexto. Porém, é importante registrar que a organização do trabalho pode oportunizar

também, maneiras de enfrentamento do sofrimento, impactando positivamente as relações e assim, a manutenção da saúde, estabelecendo o prazer, mesmo diante de condições conflitantes (MENDES, 2007; FACAS, 2013; FERREIRA, 2016).

Com tudo o que foi exposto, uma grande preocupação surge a partir dessa abordagem e diz respeito à clínica do trabalho, na perspectiva da Psicodinâmica. Se fundamenta principalmente na promoção de espaço público de discussão do coletivo, como forma de análise das estratégias defensivas utilizadas pelos trabalhadores e elaboração do sofrimento, resgatando, por meio da escuta, o sentir, o pensar e o agir com liberdade, na construção da subjetividade, revelando novas práticas. Algo ainda desafiador diante de aspectos rígidos presentes na organização do trabalho (MARTINS; MENDES, 2012).

Mendes (2007) acrescenta que o acesso e a compreensão da dinâmica das relações se dão através da fala e da escuta clínica do sofrimento vivido pelos trabalhadores e que deve ser compreendido e elaborado dentro do espaço público de discussão. Assim, será possível reconstruir processos de subjetivação e promover a mobilização para o engajamento no campo individual e também coletivo, e ainda traçar um percurso de transformações na organização do trabalho, por meio da criação de estratégias de emancipação, cooperação e colaboração.

As relações de trabalho modificam o funcionamento psíquico do sujeito e a PdT é um importante aporte teórico-metodológico que elucida a importância de um olhar voltado para estrutura da organização e a dimensão dos processos subjetivos evidenciados pelo indivíduo em interação, seja na resolução criativa dos problemas que emergem dessa relação ou no estado de adoecimento psíquico.

3 METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória, com metodologia de revisão sistemática, de abordagem qualitativa e natureza básica, que diz respeito aos riscos psicossociais e sua relação com o estresse ocupacional, presentes no cotidiano de trabalho do policial militar dos últimos cinco anos.

A abordagem qualitativa, de natureza básica, permite que o objeto de estudo seja compreendido, observando o seu contexto, em uma perspectiva integrada, podendo ser conduzida por diferentes caminhos, não se apresentando de forma rígida, favorecendo a criatividade e a exploração de novos enfoques de conhecimento (GODOY, 1995). Sendo, portanto, adotada na proposição deste estudo.

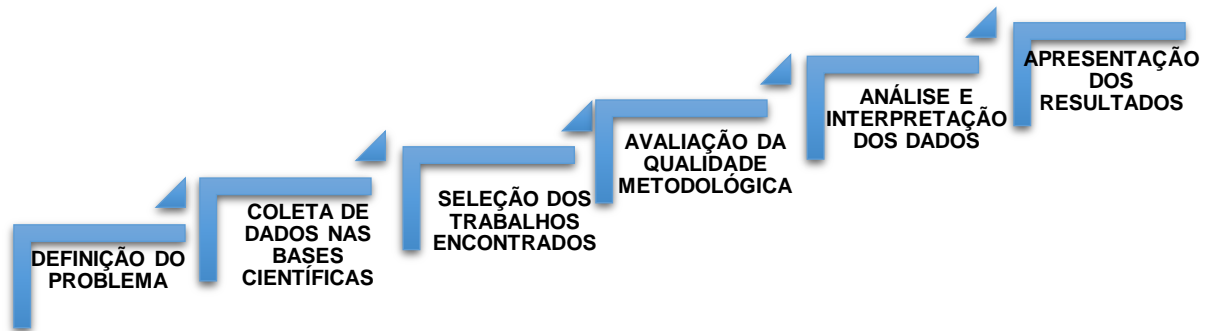
A pesquisa bibliográfica é considerada uma importante fonte de busca de compreensão de um determinado fenômeno, pois tem por base o material já elaborado, como livros, teses, artigos científicos, sendo portanto, um percurso realizado em boa parte dos estudos de natureza exploratória. A principal vantagem desse tipo de pesquisa, diz respeito ao fato de permitir que o investigador tenha uma cobertura mais ampla do que se deseja estudar, algo que se fosse feito de forma direta poderia se apresentar de maneira mais restrita (GIL, 2008).

Para esse estudo a metodologia utilizada foi a revisão sistemática, que pode ser compreendida como uma forma de levantamento de dados, a partir da literatura disponível sobre o tema em diferentes bases de dados científicas. Assim, a investigação terá como resultado as evidências encontradas, de forma sistematizada, por meio de uma apreciação crítica, integrando informações, com vistas a orientar futuras pesquisas sobre a temática (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Os trabalhos selecionados nesse estudo foram artigos, dissertações e teses, entre os anos 2016 a 2021, disponíveis nas bases de dados científicas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Google Acadêmico, em idioma português, com a combinação dos seguintes descritores: “riscos psicossociais” e “polícia militar”, “estresse ocupacional” e “polícia militar”, atendendo aos critérios desta pesquisa. Foram excluídas as publicações duplicadas ou incompletas.

A revisão sistemática se constitui de um procedimento metodológico que deve ser realizado por meio de etapas, sendo elas as seguintes: definição de uma pergunta científica, busca de evidências na base de dados, seleção dos trabalhos pelos critérios estabelecidos, avaliação crítica da qualidade metodológica dos estudos, análise/interpretação dos dados e apresentação dos resultados (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Figura 1- Fluxograma com as etapas da pesquisa



Fonte: Própria autora, 2021.

Segundo Sampaio e Mancini (2007) é de suma importância se certificar que todos os trabalhos importantes, ou seja, com impacto direto nos resultados da investigação sejam incluídos, portanto as estratégias de busca devem ser cuidadosamente planejadas, que no caso desta pesquisa foi por meio das combinações das palavras, já mencionadas.

A coleta de dados ocorreu em agosto 2021, a partir da busca avançada, por meio da aplicação dos descritores já mencionados, onde foram selecionados os artigos, teses ou dissertações pela leitura do título, resumo, introdução e por fim, os resultados, sendo quando necessário para ter maior esclarecimento buscou-se o trabalho na íntegra, considerando os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

A seleção dos trabalhos foi de acordo com os objetivos da proposta de estudo, através de uma leitura exploratória por dois pesquisadores, de forma independente, obedecendo os critérios de inclusão e exclusão. A pesquisadora A realizou a coleta de dados nos dias 13 e 14 do mês de agosto, enquanto a pesquisadora B nos dias 26 e 28 do mesmo mês do corrente ano.

É importante ressaltar que em revisão sistemática o olhar de dois pesquisadores é algo que se torna relevante e possibilita um maior alcance à execução da pesquisa, pois os dados serão coletados em dias diferentes e as informações serão cuidadosamente selecionadas, já que mais de uma pessoa se voltará para o objeto da proposta (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

As pesquisadoras seguiram rigorosamente um protocolo, com elementos importantes observados no percurso da seleção dos trabalhos, sendo eles: identificação da pergunta e objetivos de pesquisa, utilização da combinação dos descritores, aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, com atenção voltada para a qualidade metodológica dos trabalhos apresentados.

Para a análise dos dados foram considerados: tipo de publicação; ano de publicação; região que realizou mais estudos; áreas de conhecimento que têm pesquisado o tema, metodologia utilizada e os principais resultados das publicações que fazem a relação entre riscos psicossociais e estresse ocupacional no trabalho do policial militar. Por último, os resultados encontrados foram compilados e apresentados no formato de figuras, tabelas e gráficos para que pudessem ser dinamicamente visualizados, observando as categorias já mencionadas.

É importante destacar que para qualquer tipo de pesquisa existem riscos. No caso da revisão sistemática, com levantamento bibliográfico, Gil (2008), coloca que é necessário um cuidado com as fontes de pesquisa, pois podem se apresentar de forma equivocada, por se tratar de muitas vezes serem fontes secundárias e mesmo tendo acesso a fontes primárias, pode ocorrer um viés no olhar do pesquisador, algo que poderá comprometer os resultados. Por isso a importância de se verificar as condições dos dados obtidos e analisar a coerência das informações de forma cautelosa, com o objetivo de chegar o mais próximo da realidade a ser pesquisada, reduzindo possíveis erros.

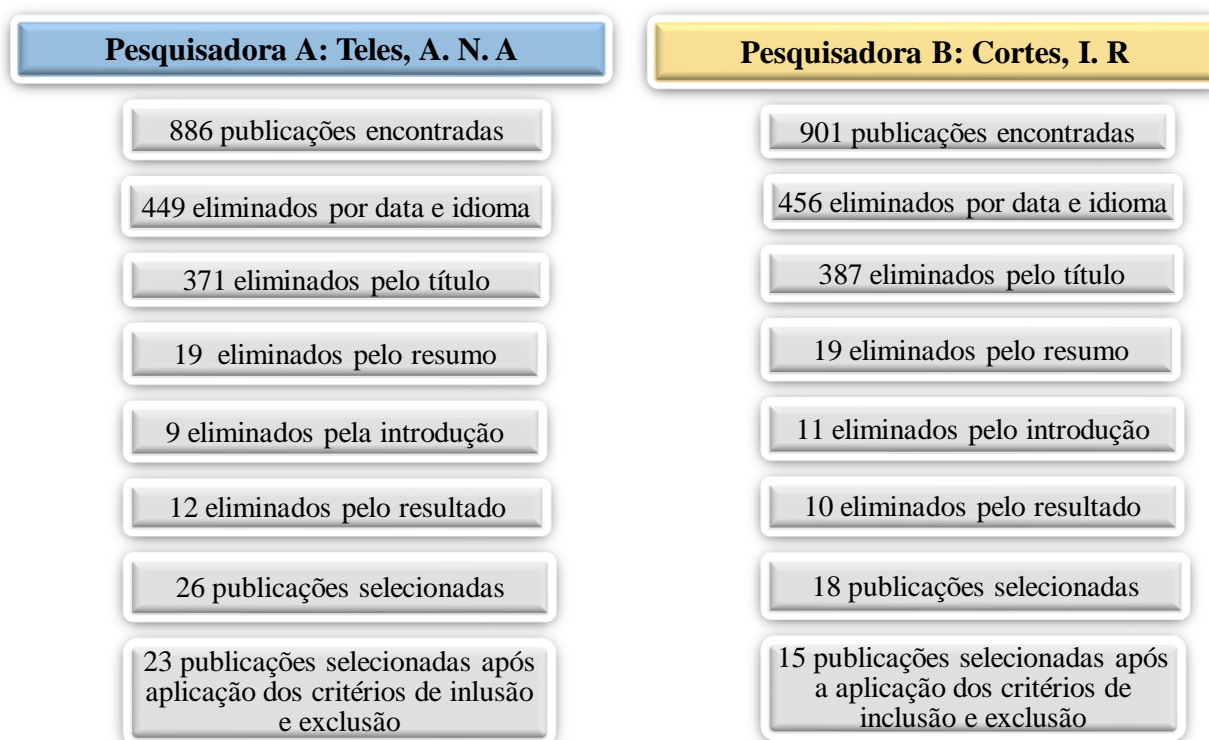
Os benefícios em se realizar uma revisão sistemática estão relacionados com a possibilidade de ter acesso facilitado a um resumo de evidências, que possa ampliar o conhecimento acerca de um determinado tema, bem como o controle das variáveis de tempo e espaço da pesquisa, obstáculos consideráveis quando se trata de ter acesso a certos resultados (GIL, 2008).

No caso deste estudo, percorrer o cenário de pesquisa que diz respeito aos riscos psicossociais e estresse ocupacional na PM poderá contribuir para orientações e aprofundamento de futuras investigações sobre o tema, com vistas a proposições acerca de propostas de prevenção e promoção em saúde mental para essa categoria de trabalhadores.

4 RESULTADOS

No total foram encontrados 1.787 trabalhos por ambas as pesquisadoras, sendo que a pesquisadora A encontrou 2 trabalhos repetidos e 1 que não foi possível ter acesso integral a publicação, enquanto a pesquisadora B encontrou 3 pesquisas repetidas, sendo ao final selecionadas 38 estudos no total, conforme a figura 2 a seguir. Porém aplicados os critérios de inclusão e exclusão do total selecionado, restaram 23 publicações para serem analisadas.

Figura 2- Resultado das buscas e seleção dos trabalhos



Fonte: Própria autora, 2021.

Após a busca nas plataformas por meio dos descritores, a seleção seguiu pela aplicação dos filtros de eliminação por data e idioma, depois pela leitura dos títulos, resumo, introdução e resultados, de acordo com os objetivos da pesquisa. A pesquisadora A selecionou na plataforma BDTD um total de 2 publicações, sendo 1 tese e 1 dissertação, já na plataforma Google Acadêmico foram selecionadas 21 publicações, sendo 1 tese, 5 dissertações e 15 artigos. Já a pesquisadora B encontrou na plataforma BDTD apenas 1 publicação, sendo 1 tese, enquanto na plataforma Google Acadêmico foram encontrados 14 publicações, sendo 1 tese, 3 dissertações e 10 artigos.

Ao comparar as publicações selecionadas pelas pesquisadoras foi observada uma diferença de 08 pesquisas, sendo que as 15 publicações encontradas pela pesquisadora B eram iguais as também encontradas pela pesquisadora A, portanto 23 publicações ao final restaram para serem analisadas, conforme tabela 1 abaixo.

Tabela 1- Tipos de publicações

TIPO DE PUBLICAÇÃO	QUANTIDADE
Tese	2
Dissertação	6
Artigo	15
TOTAL	23

Fonte: Própria autora, 2021.

Como pode ser observado o maior número de publicações encontradas são artigos, o que demonstra que esse tema tem sido pouco estudado em trabalhos acadêmicos de doutorado e mestrado, como é o caso da tese e da dissertação respectivamente. Trabalhos como esses requerem maior grau de complexidade e aprofundamento nos estudos, o que representa uma maior elaboração dos resultados obtidos e uma maior contribuição para uma determinada área do conhecimento.

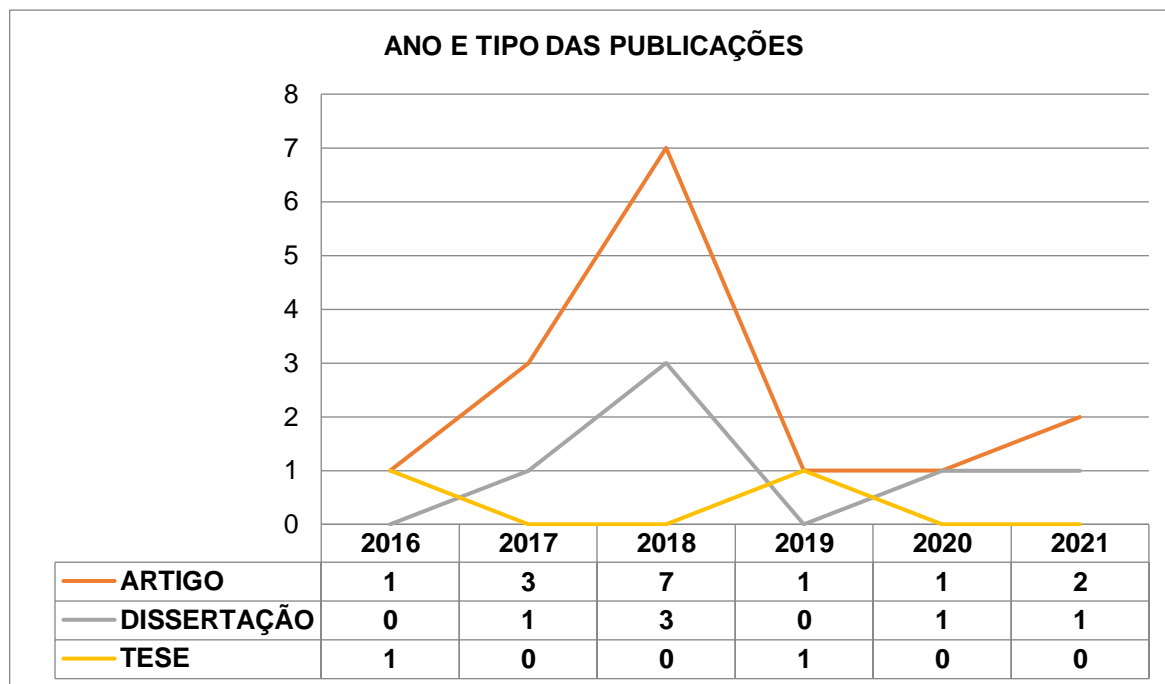
No entanto, os trabalhos realizados no formato de artigos podem favorecer a extração de dados e informações mais focadas no tema estudado, para maior visibilidade, por meio de publicações em periódicos que alcancem um maior número de pessoas, pois a estrutura do artigo possibilita uma discussão de ideias, métodos e técnicas mais direcionadas ao objeto de estudo em questão.

No caso do tema desta pesquisa, acredita-se que por se tratar de uma investigação voltada para o trabalho policial militar, ainda são muitos os desafios para a realização de um estudo em uma instituição com uma estrutura rígida, com fundamentos que podem impedir o aprofundamento de pesquisas a nível de tese e dissertação, tornando mais apropriado a realização de artigos que possibilitem a aplicabilidade prática dos aspectos estudados.

No tocante ao ano dos trabalhos encontrados, conforme o gráfico 1, tem-se um maior número de publicações localizadas no ano de 2018, sendo 3 dissertações e 7 artigos, enquanto, nos anos 2016, 2019 e 2020 foram registrados os menores números de publicações. Em 2019 e 2020, é relevante destacar que um fator que pode ter implicado tanto nas realizações dos trabalhos, como também no atraso nas publicações devido à situação, foi a disseminação da pandemia¹

¹ Em 31 de dezembro de 2019 foi declarada pela OMS a pandemia pela contaminação do novo coronavírus, causando a doença COVID-19, com impactos epidemiológicos e sociais relevantes.

Gráfico 1- Quantidade de pesquisas encontradas por ano de publicação



Fonte: Própria autora, 2021.

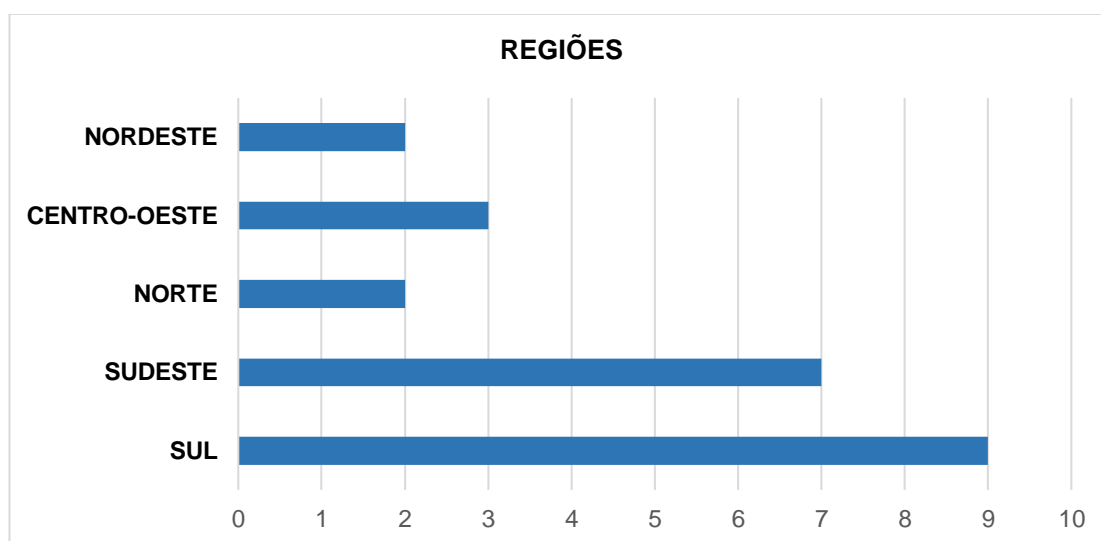
Em 11 de junho de 2018 foi publicada a lei nº 13.675 que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, criando a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), instituindo o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Isso foi considerado um marco no que diz respeito às diretrizes de ações voltadas para essa área, por meio de operações mais integradas, ou seja, a segurança pública alcançou grande visibilidade neste ano. Além disso, também foi instalado em 23 de outubro desse mesmo ano o Conselho Nacional de Segurança Pública, um órgão que abre espaço para a participação de diferentes representantes dessa área para discussões acerca das suas necessidades.

Dentre os vários preceitos dessa lei é importante destacar que um dos seus princípios é a proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública, algo que oferece destaque em ter como foco estudos que privilegiam aprofundar nos fatores de risco de adoecimento dos seus trabalhadores. Nesse sentido, com a criação de uma política, recursos foram destinados para fomentar pesquisas, conforme preconiza a própria Lei, algo que pode ter estimulado o aumento de publicações voltadas para essa área.

Esses acontecimentos podem ter contribuído para que a pauta dos trabalhadores da segurança pública, no caso os policiais militares, fossem alvo de reflexões e análises, o que propicia um maior interesse em estudar as questões que se inserem nessa prática profissional, ou mesmo o contrário, por estar se desenvolvendo estudos tão importantes nessa área no ano de 2018, as discussões para que fossem aprovada e publicada a lei, bem como a criação do Conselho se intensificassem, o que representou um importante ganho para essa área de conhecimento.

No que se refere, aos trabalhos científicos produzidos por região do Brasil, como pode ser visto no gráfico 2, a região sul que se destaca com um maior número de publicações, 9 ao total, seguida da região sudeste com 7 estudos publicados. A região sul, apesar de ser uma das menores em extensão geográfica, também é um território marcado pela corrida desenvolvimentista, com isso também tem uma relevância em abranger os mais diferentes estudos nas diversas áreas de conhecimento.

Gráfico 2- Quantidade de publicações por região do Brasil



Fonte: Própria autora, 2021.

Vale destacar que a região sudeste também tem uma quantidade de publicações considerável, onde estão localizadas as polícias militares do Rio de Janeiro e São Paulo, ao qual são alarmantes os índices de criminalidade nessas cidades, algo comumente observado, que amplia a necessidade de discutir ações que possam prevenir o adoecimento desses trabalhadores exposto aos mais diferentes riscos psicossociais, o que requer estudos que ofereçam dados para intervenções direcionadas nessa área.

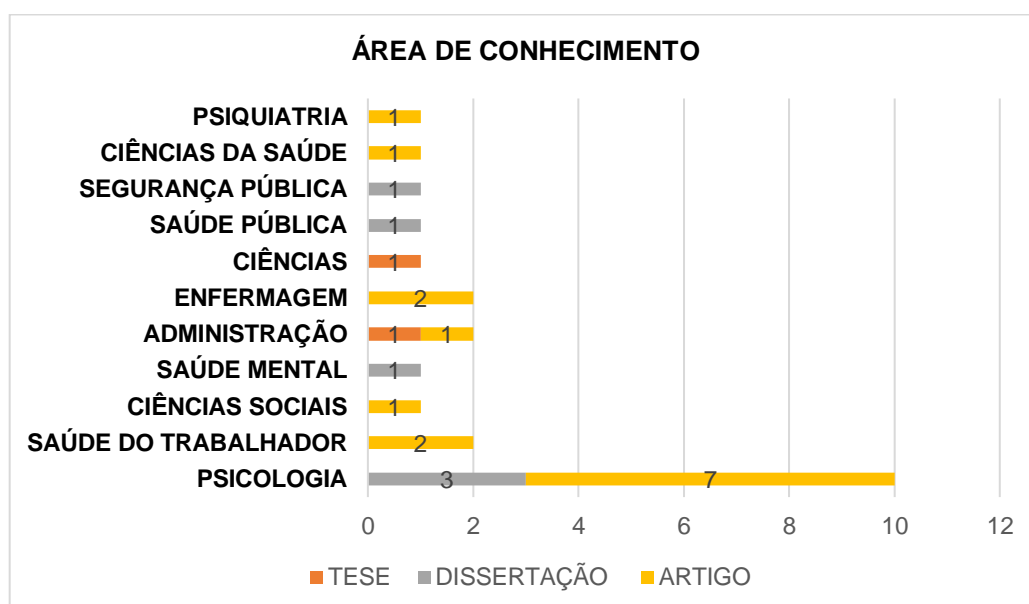
As regiões norte e nordeste tiveram o menor número de publicações, o que sugere colocar que esse tema de estudo possa não ter despertado tanto interesse nessas regiões, em função de uma realidade mais explorada, que diz respeito à segurança pública, veiculada pela mídia ao eixo Rio de Janeiro e São Paulo ou mesmo a falta de incentivo de órgãos competentes, para a realização de pesquisas que favoreçam o aprofundamento de informações a respeito do trabalho do policial militar.

Quanto a relação dessa pesquisa com as áreas de conhecimento em que os estudos são encontrados, a psicologia se destaca com o maior número deles, um total de 10 publicações. O que é possível relacionar esse dado ao tema do estudo dessa pesquisa, ao qual abrange questões pertinentes a essa área de conhecimento e suas contribuições para o aprofundamento de questões relacionadas ao sofrimento psíquico em atividades de trabalho de policiais militares.

Foram selecionadas 3 dissertações e 7 artigos, uma variabilidade de estudos que levanta a hipótese de que a psicologia tem se empenhado também em desenvolver estudos com mais grau de complexidade, como é o caso das dissertações, porém também tem se dedicado a demonstrar de forma mais objetiva e prática resultados que podem impactar as ações nessa categoria profissional.

Outro dado importante a destacar é que diferentes áreas de conhecimento têm se dedicado aos estudos do tema desta pesquisa, algo que pode contribuir para ampliar as discussões a respeito dessa problemática, por meio da interação de várias formas de se analisar as realidades práticas vivenciadas na instituição PM, onde diversos conhecimentos possam ser aplicados.

Gráfico 3- Pesquisa por área de conhecimento



Fonte: Própria autora, 2021.

Em relação à metodologia utilizada nas publicações encontradas, verificou-se que a maioria se caracteriza dentro da abordagem qualitativa, numa quantidade de 13 ao total, conforme a tabela 2, algo que possivelmente esteja ligado ao tema desta pesquisa, pois analisar estudos tendo por base esse tipo de abordagem possibilita compreender um fenômeno, por meio de diferentes técnicas interpretativas (NEVES, 1996). Algo importante a ser considerado nesse objeto de estudo.

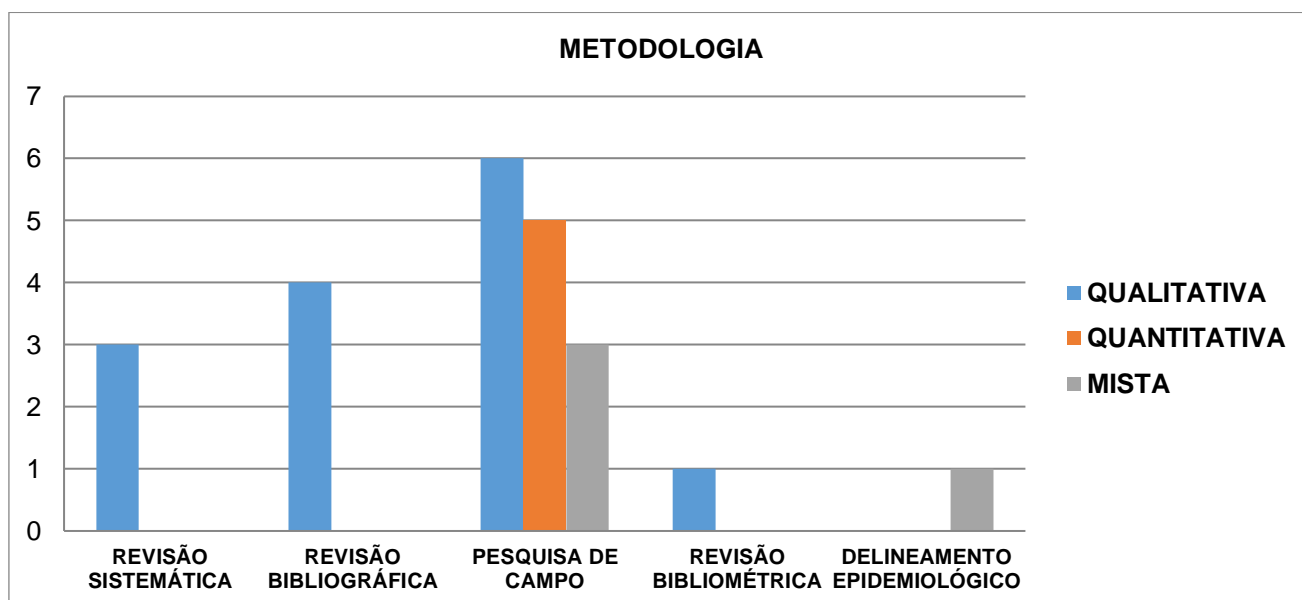
Tabela 2- Tipos de abordagem de pesquisa

ABORDAGEM	QUANTIDADE
Qualitativa	13
Quantitativa	6
Mista	4
TOTAL	23

Fonte: Própria autora, 2021.

Quanto aos métodos de pesquisa aplicados nos estudos, 14 publicações selecionadas utilizaram a pesquisa de campo, o que representa a maioria das publicações, conforme o gráfico 4, sugerindo que o tema tem despertado maior interesse em buscar informações diretamente no local e com os sujeitos envolvidos no processo, como forma de promover uma maior proximidade da realidade estudada, algo que ocorre numa pesquisa de campo.

Gráfico 4- Metodologia utilizada nos estudos encontrados



Fonte: Própria autora, 2021.

A pesquisa de campo é desenvolvida por meio de instrumentos capazes de captar a realidade a ser estudada de maneira mais próxima, coletando dados diretamente dos sujeitos observados, possibilitando explicações e interpretações acerca de suas ações. No estudo de campo o pesquisador se preocupa em estar presente em todas as etapas de coleta dos dados e isso contribui para uma experiência direta com a situação, ou seja, sua imersão no trabalho acontece favorecendo uma maior fidedignidade dos resultados alcançados (GIL, 2008).

Para uma pesquisa que tem como objeto de estudo riscos psicossociais e estresse ocupacional no trabalho do policial militar, a ida ao campo promove um maior acesso à uma realidade prática ainda distante da sociedade civil em geral, pois a dinâmica institucional apresenta peculiaridades, já mencionadas, que a categoriza como complexa na dimensão das questões relacionadas ao sofrimento no trabalho.

Acredita-se que os estudos voltados para essa categoria profissional exijam um cuidado em se aproximar da realidade vivenciada no trabalho, observando os desafios impostos no seu cotidiano, sendo a escolha pela metodologia qualitativa e pesquisa de campo, algo que pode ser considerado relevante para efeito de estudo nessa área de conhecimento, observando a partir das respostas dos sujeitos a realidade a ser estudada.

De acordo com o gráfico 4 ainda é relevante destacar que a revisão bibliográfica e a sistemática também estão sendo empregadas para o tema dessa pesquisa, em um índice considerável, o que demonstra que existe o desenvolvimento de estudos em outras perspectivas, algo que pode colaborar para a interação dos conhecimentos apresentados.

Em relação às estratégias utilizadas, conforme a tabela 3 foi observado que os questionários obtiveram maior aplicabilidade e associados às entrevistas, inventário e escalas, somam um total de 19, o que implica em afirmar que mais de um instrumento foi utilizado em algumas pesquisas de campo apresentadas, algo que permite uma coleta de dados, ainda mais ampla. É importante ressaltar que a escolha das técnicas a serem utilizadas deve estar de acordo com o objeto a ser estudado, caso contrário a pesquisa pode ficar comprometida e não expressar a realidade observada (GIL, 2008).

O inventário aparece em apenas 1 estudo encontrado. É possível que isso tenha ocorrido, por se tratar de um instrumento que funciona como um guia de levantamento de informações e seja recomendado quando associado a outras técnicas de coleta de dados, como é o caso do estudo que foi selecionado nesta pesquisa.

Tabela 3- Estratégia de coleta de dados utilizada

ESTRATÉGIA DE COLETA DE DADOS	QUANTIDADE
Entrevista	5
Questionário	9
Escala	4
Inventário	1
Documentos	3
Publicações	6
TOTAL	29

Fonte: Própria autora, 2021.

De acordo com a tabela 3, os questionários aparecem na maioria das publicações encontradas, como o instrumento mais utilizado nas pesquisas. É um dado que pode estar relacionado com o objeto de estudo, pois trata-se de uma técnica de investigação que tem como base um conjunto de questionamentos previamente planejado, com um propósito de obter informações direcionadas, ou seja, uma forma de traduzir a pesquisa em questões específicas (GIL, 2008).

Com isso, a grande vantagem em utilizar esse instrumento para investigar o objeto de estudo desta pesquisa, pode estar relacionada à necessidade de atingir um maior número de pessoas a serem pesquisadas, menores gastos e a garantia do anonimato, algo que se justifica quando observa-se um grande número de policiais militares empregados em suas corporações, algo que implica em custos para o acesso, bem como, a adesão à pesquisa, tendo como garantia total o seu anonimato e como consequência a possibilidade de maior fidedignidade a expressão da realidade.

Diante do exposto, as pesquisas encontradas, de acordo com as categorias analisadas, podem ser compreendidas como expressão do que se deseja investigar, com métodos que justifiquem o alcance da investigação a ser realizada, sendo desenvolvidas principalmente, observando o contexto ao qual se inserem, os marcos geográficos, sociais e diferentes áreas de conhecimento que possam contribuir para a compreensão da relação entre os riscos psicossociais e o estresse ocupacional no trabalho do policial militar.

Quanto aos principais resultados, pode-se destacar, conforme a tabela 4, que os aspectos relacionados às categorias: tarefa, tempo e estrutura da organização do trabalho foram encontrados nos estudos selecionados.

Tabela 4 - Principais resultados

ID	AUTORES	TÍTULO DO TRABALHO	RESULTADOS
1	LUZ, Eliane Santos da.	Análise da correlação entre condições de trabalho, condições de saúde e estresse ocupacional entre mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro	Os fatores associados ao estresse ocupacional se relacionam com ser convocada para trabalhar além do horário- sobrecarga, quanto mais baixo hierarquicamente, menor a autonomia no ambiente de trabalho, as tarefas desempenhadas no cotidiano não serem adequadas à função e da grande insatisfação com a função desempenhada e com o tipo de atividade realizada, demonstrando falta de liberdade, risco de sofrer violência psicológica, baixos salários, relação de hierarquia, trabalhar na mesma comunidade, não receber ajuda nos serviços domésticos e a aquisição de outras comorbidades. As praças seriam mais estressadas que as oficiais por estarem em uma posição subalterna e policiais das unidades operacionais.
2	FONTANA, Rosane Teresinha; MATTOS, Gisele Domingues.	Vivendo entre a segurança e o risco: implicações à saúde do policial militar	Ambiente de trabalho perigoso, situações de risco em conflitos com criminosos, opressões impostas pela classe superior, distância da família, recursos insuficientes e/ou deficientes, excessiva jornada de trabalho, organização do trabalho alicerçado na hierarquia e disciplina são fatores que favorecem o desgaste emocional do trabalhador que, se não resolvidos, transformam-se em sofrimento psíquico e adoecimento, tais como estresse.
3	PEREIRA, Gustavo Klauberg	Associação entre variáveis ocupacionais e prevalência em agravos à saúde em policiais e bombeiros militares de Santa Catarina	Mulheres policiais apresentarem maior percepção de estresse do que policiais do sexo masculino. Aspectos ocupacionais das organizações militares contribuem para danos à saúde. O estresse percebido em policiais militares atuantes em atividades operacionais e advêm de relacionamentos interpessoais, da adaptação ao regime de trabalho e enfrentamento às situações de morte e constante estado de alerta. Podem ser atribuídos a aspectos organizacionais, como insatisfação com critérios de promoção na carreira, falta de suporte jurídico por parte da organização e condições precárias para realizarem o trabalho.
4	BUGALHO, Grasielle Paes Silva;	As fontes estressoras ocupacionais e a polícia militar do estado de mato grosso:	O estresse do policial militar é fortemente afetado pelas fontes estressoras organizacionais, sendo as principais apontadas: sobrecarga do trabalho, falta de reconhecimento profissional por parte da instituição e da sociedade, falta de equipamentos, salário insuficiente, ver um colega morto ou presenciar ocorrências com

	NETO, Manoel Bugalho.	análise de um batalhão da capital	crianças espancadas ou mortas, não receber apoio dos superiores, que geram conflitos interpessoais, abuso de autoridade.
5	CECARECHI, Gabriela; SCATOLIN, Henrique Guilherme.	A linha tênue entre combater a violência e o sofrimento psíquico: O ambiente laboral da Polícia Militar e a saúde mental	O tipo do trabalho realizado pode alavancar os índices de estresse como por exemplo, as emergências que expõem o policial em situação de risco, bem como o relacionamento interpessoal, a forma como o comandante do pelotão conduz as situações no ambiente de trabalho, as mudanças bruscas de cargo, escalas, sentimento de inferioridade, em função da dinâmica institucional rígida e hierarquizada.
6	DORNELES, Ademir Jones Antunes; DALMOLIN, Grazielle de Lima; MOREIRA, Maria Graziela de Souza.	Saúde do trabalhador militar: uma revisão integrativa	O estresse foi relacionado ao cotidiano de trabalho, excessiva carga de trabalho e aos perigos inerentes à profissão, as características do serviço militar, como a disciplina e a hierarquia, centrando o trabalhador numa reunião de forças advindas da organização do trabalho, com cobranças e limitações e rigidez. Em suma, o estresse ocupacional foi considerado um dos principais problemas de saúde e estão associados às características organizacionais, socioeconômicas e hábitos e saúde. As taxas de estresse são maiores no sexo feminino do que no masculino.
7	FERRAZ, Letícia Colombo Medeiros.	Fatores de risco e proteção em mulheres policiais militares do estado de Santa Catarina	O estresse nas mulheres militares está relacionado com a exposição à criminalidade, em geral, risco iminente e sensação de frustração e impotência, frente à precariedade. Ao preconceito vindo da relação de gênero, olhares, percebendo-se tratadas como “produto”. O militarismo ainda exerce muita interferência nas relações, com o uso da hierarquia e da disciplina, falta de apoio psicológico e desvalorização profissional.
8	TORRES, Karoline Bernardes; CAMPOS, Ioneide de Oliveira; RODRIGUES, Daniela da Silva.	As dimensões estruturantes do trabalho policial	O estresse ocupacional está relacionado com a estrutura organizacional rígida e imposta, inflexibilidade que restringe a autonomia do sujeito no desempenho da sua atividade, aspectos inerentes à profissão como as situações de alto risco e insegurança, a jornada de trabalho intensa, falta de reconhecimento profissional e as condições dos equipamentos disponibilizados para as ações, muitas vezes precárias.

9	LIMA, Denise Michelle Valério de.	Trabalho e sofrimento do policial militar do Estado de Goiás	Execução de ocorrências de maior complexidade, cobranças e falta de reconhecimento por parte da instituição, a organização hierárquica, ao interferir na capacidade criativa e no poder de decisão dos subordinados, impedindo a realização dos sujeitos por meio do trabalho contribui também para o surgimento e aumento do estresse no trabalho. No trabalho policial militar, o nível de estresse experimentado é superior ao de outras categorias profissionais, dada a natureza das atividades que executam, a sobrecarga de trabalho e as relações interpessoais estabelecidas em uma instituição que tem como fundamento a hierarquia e disciplina militares.
10	ALVES, Verlene Sousa de Castro.	Estresse laboral e suas consequências psicossociais em policiais militares no exercício de suas funções	Influência do contexto da organização do trabalho dos policiais, onde as relações sócioprofissionais, regidos pela hierarquia e disciplina figuram entre as queixas mais frequentes que favorece o estresse laboral e por sua vez, contribui para o adoecimento mental, desencadeando níveis mais elevados de agressividade, além das questões referentes a condições de trabalho exaustivas e a violência simbólica pelo assédio moral e abuso de autoridade, bem como os equipamentos defasados.
11	MARINHO, Mayelle Tayana, <i>et al.</i>	Fatores geradores de estresse em policiais militares: revisão sistemática	Os possíveis fatores causadores de estresse mais relatados foram: violência dentro e fora da corporação militar, trabalho em turnos, variáveis sóciodemográficas, exigências do trabalho e a discriminação de gênero, as questões relacionadas à hierarquia, a elevada carga de trabalho, associada aos fatores dos contextos social e familiar externos à organização, conteúdo violento do trabalho policial, más condições de trabalho e relações interpessoais. O gênero feminino é mais afetado pelo estresse no trabalho na PM.
12	PELEGRINI, Andreia, <i>et al.</i>	Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais	Observou-se relação direta, de forma inversa, entre as condições de trabalho e o estresse ocupacional. A relação negativa de aspectos como a sobrecarga de trabalho, a insalubridade, a falta de autonomia em decisões referentes ao trabalho, a valorização das habilidades do profissional e o apoio que recebem de sua chefia e de seus colegas são situações referenciadas no estudo que se relacionam com o estresse.
13	SANTOS, Márcia Jaciane dos, <i>et al.</i>	Percepção de policiais militares em relação ao estresse ocupacional	A exposição a riscos reais ou imaginários inerentes à função de policial militar os remete ao sofrimento e ao estresse, bem como o não reconhecimento do trabalho da Polícia, a jornada de trabalho, os riscos iminentes

			da função, atividades de grandes responsabilidades, funções contraditórias, criatividade restringidas pela organização do trabalho, baixa remuneração, logística precária e falta de motivação.
14	MENEZES, Marcos Vinicius de Mendonça, <i>et al.</i>	Perfil de policiais militares com estresse ocupacional	Os principais fatores de risco para estresse observados foram o exercício da função, a tensão do cargo, as pressões interna e externa, a condição de trabalho, a falta de apoio legal e governamental, as más condições, o assédio moral e as normas regimentais ligadas a hierarquia e disciplina, as exigências relacionadas à organização do trabalho, à frequência de situações emergenciais, o ritmo imposto no desenvolvimento das atividades e o grau de automatização e monotonia das tarefas. No topo dos principais fatores de risco e elementos estressores, encontra-se a própria função de policial militar e perigo inerente.
15	LOPES, Kelly; WAENY, Maria Fernanda Costa; MACEDO, Mariano Vaz de.	Riscos psicossociais no trabalho de policiais militares que podem levar ao estresse	Os fatores que podem induzir ao estresse são o trabalho em si, as condições de trabalho e as relações sociais no trabalho, a carga e ritmo intenso de alerta constante, horário de trabalho, ambiente e equipamentos, relações interpessoais no trabalho e desenvolvimento da carreira.
16	REZENDE, Fabiana santos	S.o.s. polícia! – estresse no trabalho: estudo no atendimento de urgência 190 da polícia militar de minas gerais	As fontes de tensão como a realização de várias atividades ao mesmo tempo e utilização de tecnologias que sobrecarregam o trabalho, realizando cada vez mais trabalho em menos tempo, a falta de diálogo entre Comando e funcionários, falta de efetivo – quadro reduzido de pessoal de forma generalizada, cobranças por resultados no trabalho, rigidez na escala de trabalho – queixa de que as escalas são seguidas de forma inflexível, inibição da liberdade e convivência com ocorrências de alto impacto emocional são alguns dos fatores que foram colocados como desencadeadores do estresse ocupacional
17	ALMEIDA, Damiana Machado de, <i>et al.</i>	Estresse ocupacional e policial: características e hot topics em uma década (2009-2018)	As pesquisas brasileiras apresentam como fatores de predisposição ao estresse ocupacional a sobrecarga de trabalho, interferência família-trabalho, clima organizacional, gênero, falta de autonomia, alto grau de esforço físico e mental, falta de participação na tomada de decisão, riscos de segurança, falta de suporte social e intervenções para manipular o estresse. A profissão é uma das que mais sofre estresse, visto que, os policiais trabalham sob forte tensão em situações que colocam em risco a sua vida.

18	ALMEIDA, Damiana Machado de.	Estresse Ocupacional em Policiais Militares: Adaptação e Validação Transcultural no Brasil das Escalas PSQ-OP e PSQ-ORG	A maioria dos policiais militares sofrem de estresse ocupacional em função da escassez de pessoal, intensificando a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos e equipamentos adequados, da burocracia excessiva, conflitos interpessoais relacionados a organização do trabalho, o risco de ser ferido no trabalho, dos problemas de saúde adquiridos com a ocupação, comentários negativos vindos do público e limitações da vida social.
19	MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira; SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel.	Prazer e sofrimento na polícia militar: uma revisão de literatura	O estresse aparece associado ao constante risco pelo qual os policiais estão expostos, as condições insalubres, a falta de equipamentos de segurança (armas, coletes, munições, etc.), as escalas exaustivas, de prontidão no sol, atenção constante, assédio moral, humilhação, abuso de autoridade e as punições veladas, falta de reconhecimento da instituição e da sociedade, ao relacionamento com os superiores hierárquicos e a falta de efetivos, os moldes rígidos, a gestão verticalizada, a falta de participação nas decisões, falta de investimentos em ações de promoção de saúde e nos profissionais, falta de treinamentos, armas obsoletas, recursos insuficientes, falta de viaturas, quantidade de pessoal reduzido, grande exposição aos riscos e salário baixo.
20	BRITO, Higor Pontes Pinto.	Sofrimento Psíquico em Policiais Militares: um estudo de revisão	Hierarquia e as injustiças cometidas em nome dela, as questões de gênero, como preconceito e assédios moral e sexual, baixo controle do trabalho, a alta demanda, a extensa jornada de trabalho, a insuficiência material, as dificuldades de crescimento profissional, o descontentamento com o salário, as situações de perigo, o estado de alerta e os problemas familiares, vindas da sobrecarga de trabalho, os conflitos no âmbito organizacional, com destaque para a rigidez hierárquica e a ambiguidade nas políticas institucionais são aspectos que se relacionam com o estresse ocupacional.
21	RODRIGUES, Ana Paula Grillo; PINHEIRO, Daniel; DUARTE, Luiz Ricardo	A vulnerabilidade ao estresse apresentada pelo policial militar diante do clima organizacional da corporação	Os níveis diferenciados de estresse entre homens e mulheres policiais pode também estar associado a fatores que contribuem com o ajustamento das mulheres militares em um cenário predominantemente masculino, sendo que os praças possuem níveis maiores de vulnerabilidade. A falta de valorização e reconhecimento do profissional perante seus superiores hierárquicos, questões salariais e carreira, somados a uma leitura comum sobre deficiências na infraestrutura, aparecem como indutores do surgimento do estresse.

22	ALMEIDA, Nathália Ferreira de.	O estresse ocupacional em mulheres policiais militares do Pará	Condições laborais as quais policiais estão expostos em suas atividades diárias, as longas jornadas de trabalho, os riscos da profissão, a ausência de tempo dedicado à família e ao lazer, como mães e esposas; seriam possíveis elementos geradores de tensões e estresse. Também relacionam-se com os riscos e ameaças internas e os característicos da função policial, a falta de efetivo, equipamentos inadequados, as relações interpessoais e organização rígida de trabalho.
23	BACK, Moreira Caroline	Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública	O estresse associado ao fazer profissional e em decorrência de eventos traumáticos vivenciados no cotidiano de trabalho. Tais impactos foram associados especialmente a fatores como o iminente risco à vida, inerente à atividade policial, a necessidade de lidar com a morte de colegas, a exposição a eventos traumáticos, como troca de tiros e investigações de conduta, ao constante estado de alerta, o trabalho em turnos de revezamento, especialmente o trabalho noturno e a realização de atividades externas como forma de complementação de renda.

Fonte: Própria autora, 2021

5 DISCUSSÃO

Os principais resultados das pesquisas encontradas ressaltam em geral que a organização do trabalho policial militar e suas peculiaridades, que dizem respeito principalmente às questões relacionadas à tarefa, ao tempo e sua sobrecarga, à estrutura rígida com impacto nas relações interpessoais, a valorização profissional e ainda a grande exposição ao perigo iminente, foram abordados enquanto fatores de riscos psicossociais ao desenvolvimento do estresse ocupacional e ampliam o panorama de reflexão acerca do sofrimento no trabalho.

A profissão do policial militar em todos os estudos selecionados é trazida como uma atividade de extrema exposição ao risco de adoecimento e essa seria a principal justificativa para ter como pauta estudos aprofundados nessa área de atuação para que sejam desenvolvidas ações de prevenção e promoção em saúde mental em âmbito institucional, garantido um olhar de cuidado e atenção psicossocial constante.

Quanto à execução da tarefa, ou seja, a atividade fim, todas as publicações encontradas destacam a intensa exposição a riscos reais ou imaginários inerentes à função de policial militar, como uma fonte geradora do estresse ocupacional, pois interfere na percepção da profissão, enquanto dimensão real do risco iminente de morte, algo que exige um enfrentamento de um cotidiano de trabalho que afeta diretamente sua saúde mental.

Fraga (2006) coloca a situação de risco iminente de morte vivida pelo policial militar como uma peculiaridade a ser considerada na prática profissional caracterizada pelo uso intenso da força física e do emprego de arma de fogo, não sendo admitida qualquer tipo de omissão, com a exigência de uma dedicação exclusiva, onde a vida está sempre numa situação limite, uma linha tênue que necessita ser equilibrada.

De acordo com Pinho (2018), a categoria policial militar apresenta uma maior vulnerabilidade ao sofrimento psíquico, uma vez que sua atuação é marcada por questões de criminalidade, violência, conflito e desordem que incidem em confrontos armados, implicando no enfrentamento de situações que oferecem risco de morte, algo que pode ocasionar adoecimento.

É importante destacar que os policiais militares praças que trabalham com a frente de serviço operacional estão mais expostos aos fatores de risco do que os oficiais e àqueles que desenvolvem atividades administrativas, conforme os estudos encontrados, sendo 03 (três) deles (1, 3, 11), enfáticos em trazer a diferença da função da tarefa, como aspecto relevante a ser considerado. Tais militares enfrentam situações de perigo que exigem abordagens especializadas e conflitos armados, que requer uma maior atenção e, portanto, a possibilidade de elevação dos níveis de estresse. Nesse aspecto, quando ocorre um tipo de exposição

continuada, como é o caso daqueles que trabalham na rua, o adoecimento pode vir a se instalar (FRAGA, 2006; SANTOS *et al.*, 2019)

As mulheres também foram referenciadas com maior percepção e impacto pelo estresse em relação aos homens em 07 (sete) publicações selecionadas (1, 3, 6, 7, 11, 21, 22), isso sendo atribuído principalmente às questões relacionadas ao gênero, o qual o ambiente militar culturalmente está configurado, em sua gênese essencialmente masculina, bem como a sensação de frustração e impotência frente à criminalidade, e ainda o tratamento diferenciado na ascensão e ocupação dos cargos dispostos na instituição (LUZ, 2016; ALVES, 2018).

Luz (2016) ressalta que em razão do efetivo feminino apresentar um percentual expressivamente menor que o masculino, suas especificidades têm sido pouco estudadas e seus enfrentamentos perpassam diretamente pelas questões de gênero, impactando na dimensão política de relações de poder construídas ao longo dos anos, que naturalizaram um discurso de inferioridade do papel da mulher na sociedade. Tais aspectos são observados na organização da polícia militar, uma instituição marcada pela divisão de gêneros e valores que estão associados ao gênero masculino.

Ainda sobre a tarefa, Rezende (2018) faz referência para a especificidade da função de operador de atendimento 190, ou seja, a central de comunicações de recebimento das ocorrências na polícia militar. Essa frente de serviço é caracterizada no estudo como um tipo de trabalho complexo, de alta exigência de agilidade no uso da tecnologia, em relação a capacidade de funcionários disponíveis para a função, onde a convivência com ocorrências de grande impacto emocional, bem como a sobrecarga de mapear e administrar todo o direcionamento do trabalho na rua, se constitui uma importante fonte geradora do estresse ocupacional.

Outro fator relacionado à tarefa que foi mencionada, especificamente em 05 (cinco) pesquisas selecionadas (2, 14, 16, 17, 22), diz respeito às pressões interna e externa, que são àquelas exercidas pela instituição no que se refere à execução com rigor, perfeição e finalização de uma ocorrência bem-sucedida e a que se relaciona com as exigências da sociedade frente a ação policial militar, em muitos momentos apresentadas na forma de julgamentos, respectivamente. Algo que pode provocar uma visão negativa do trabalho, tanto por parte do sujeito, como da sociedade, ocasionando em fator gerador para o desenvolvimento do estresse ocupacional (MATOS, 2014; HAUER E FURTADO, 2019)

A natureza das ocorrências também foi mencionada em 07 (sete) pesquisas (3, 4, 5, 9, 11, 16, 23), como um potencial causador de risco psicossocial para o estresse. Os eventos considerados traumáticos, que envolvem conflitos armados, com óbitos de militares e

ocorrências com espancamento ou morte de crianças, foram apontados como causadores dos sentimentos de fracasso e impotência, algo que provoca um deslocamento da função policial militar no imaginário da corporação e impacta emocionalmente todos os envolvidos direta ou indiretamente, por força da cultura de unidade institucional existente (BACK, 2021).

Alves (2018), em sua análise destaca a importância de se considerar a intensidade e a frequência frente às situações que causam desgaste emocional, como agravantes para o desenvolvimento do estresse ocupacional, à medida que também aumenta o esforço do indivíduo para promover respostas adaptativas, o que pode ser considerado um risco iminente de adoecimento psíquico.

O constante estado de alerta aparece com ênfase em 04 (quatro) publicações (15, 19, 20, 23), como algo inerente à tarefa do policial militar e é considerado um risco psicossocial, pois estabelece uma relação de trabalho eminentemente marcada por picos elevados de descarga física e emocional, algo que pode ser observado na mudança de comportamentos, traduzidos em sintomas e dos hábitos no seu cotidiano. Alguns sintomas físicos podem ser evidenciados a partir dessa realidade, como insônia, dificuldade ou excesso na alimentação e até mesmo o desenvolvimento de outras comorbidades que se relacionam diretamente com o estresse ocupacional (PASCHOAL; TAMAYO, 2004; MINAYO *et al.*, 2008; LOPES; MARQUES, 2018)

Segundo Oliveira e Santos (2010), as atribuições do policial militar exigem um estado de atenção constante, pois as situações cotidianas do trabalho, principalmente dos militares empregados no serviço operacional, se constituem na maioria das vezes em abordagens que envolvem ocorrências com uso de força física e também de armas de fogo, algo que agrava as respostas de alerta, repercutindo diretamente na saúde e se manifestando por meio do estresse ocupacional.

Lipp (2004) faz referência a compreensão do estresse a partir da necessidade do organismo de se adaptar a uma situação que o desequilibra, sendo que o constante estado de alerta pode se apresentar como um estímulo estressor que gera uma espécie de tensão, representada por meio de sintomas, como a dificuldade de concentração, a insônia, a ansiedade, entre outros, significativos para se pensar o estabelecimento do adoecimento.

Em relação ao tempo, todas as pesquisas relacionam a sobrecarga do trabalho policial militar como um potencial causador do estresse ocupacional, que diz respeito à jornada de trabalho em escalas exaustivas, devido principalmente à insuficiência de efetivo que responda às demandas operacionais e também administrativas, ocasionando em um esgotamento físico que impacta o emocional.

O tempo destinado a execução da tarefa pode estar relacionado, conforme a PdT, ao modo como o trabalho está organizado, ou seja, ao que é devidamente prescrito e o que é considerado real, na qual pode se identificar a falha relativa ao que está normatizado prescritamente, mas que não reflete ao que ocorre no cotidiano do trabalhador. Nesse aspecto, segundo Mendes (2007), o desafio está voltado para a mediação das contradições que podem ocasionar no estado de saúde ou de doença.

Nesse sentido, Minayo *et al.* (2008) apontam que o planejamento das tarefas em relação à sobrecarga, se constitui aspecto relevante a ser considerado na condição de adoecimento do policial militar, pois a jornada excessiva compromete a qualidade do tempo fora do trabalho, reduzindo a disponibilidade para o descanso e lazer. Portanto, há uma maior exposição continuada ao risco de adoecimento. Ainda acrescenta que o desgaste e a insatisfação em trabalhar numa escala intensa eleva os índices de afastamento no trabalho para tratamento de saúde ou aposentadoria precoce, o que impacta negativamente a organização do trabalho, defasando o efetivo e gerando ainda mais estresse junto à corporação.

Winter e Alf (2019) e Alves (2018) reforçam a reflexão acerca da sobrecarga de trabalho como um risco psicossocial evidente que se relaciona diretamente com o desenvolvimento do estresse ocupacional, pois exige do policial militar uma condição de um esforço físico e emocional, muitas vezes maior que sua capacidade de suportá-lo, estabelecendo uma relação de adaptação constante que gera sofrimento.

Segundo Matos (2014) os principais fatores que se referem ao tempo, diz respeito à duração deste no espaço do horário de trabalho, como é o caso de como se configuram os turnos e escalas, que no caso do policial militar, por não ter um horário pré-determinado, diante da necessidade de cobertura ampla frente a uma demanda inesperada, preconizada em regulamento, sua jornada de trabalho é significativa em relação à outras profissões, oferecendo grande risco para a apresentação do estresse ocupacional.

É importante ressaltar que em 03 (três) estudos (1, 21, 22), a situação de uma dupla jornada vivenciada pela mulher policial militar foi referenciada com ênfase, como gerador de estresse ocupacional, pois se relaciona com o acúmulo da função no trabalho, os afazeres domésticos e cuidado com os filhos, ou seja, a concentração das responsabilidades com a gestão logística do trabalho em casa e todas as demandas vindas da família (LUZ, 2016).

No que se refere à estrutura da organização do trabalho do policial militar, a rigidez, que se dimensiona pelos pilares basilares da hierarquia e da disciplina, problematizando um espaço de inflexibilidade e falta de autonomia, é percebida em todos os estudos selecionados e se

coloca como um importante aspecto observado que interfere diretamente no surgimento do estresse ocupacional como categoria de sofrimento e adoecimento.

Nesse sentido, Lima (2018) trabalha profundamente os conceitos basilares da polícia militar como sendo estruturantes e organizativos do seu funcionamento, sendo um limite para as relações interpessoais, podendo se manifestar de diferentes formas e se representar por meio de sistemas que podem limitar a autonomia necessária para a realização do sujeito. A estratificação presente na estrutura institucional coloca em pauta uma relação de poder que diferencia os espaços de convivência, bem como implica em ocupar um lugar de submissão, que pode ser um fator gerador do estresse ocupacional.

O estresse do profissional policial militar pode estar relacionado com a organização hierárquica, em razão de se concentrar sobre os cargos de chefia as decisões determinantes e o direcionamento do trabalho, tirando dos subordinados a possibilidade de criar e decidir, que associado a personalidade de cada sujeito que vive diferentemente suas experiências, pode gerar o sofrimento que se manifesta no adoecimento (MINAYO *et al.*, 2008)

Para Dejours (2007) é importante que se estabeleça espaços coletivos de fala, no interior das organizações, proporcionando ao trabalhador agir com autonomia diante das dificuldades que são encontradas no real do trabalho, possibilitando o uso da inteligência prática na condução dos enfrentamentos das situações que interferem no contexto de satisfação e prazer no trabalho.

Mendes (2008) acrescenta que normalmente são nesses espaços que ocorrem as trocas de informações e deve ser construído por todos os trabalhadores, tornando visível aquilo que se encontra oculto, favorecendo que aconteça uma maior compreensão dos investimentos pessoais que são empregados nas tarefas executadas e que implicam em sofrimento, sendo então um momento de se expressar por meio da fala, pautado na confiança, promovendo a cooperação.

O modelo de gestão verticalizada e rígida da organização policial militar restringe às relações interpessoais, algo que foi colocado como um fator de risco para a ocorrência do estresse ocupacional e complementa o que já foi mencionado quanto à limitação da autonomia imposta pela instituição (FACAS, 2013). O militar em 10 (dez) estudos encontrados (3, 4, 5, 9, 10, 11, 15, 16, 18, 22), ressalta que as relações são caracterizadas pelo isolamento físico, bem como diferenciação entre os quadros de praças e oficiais, ambiguidades nos papéis desempenhados e falta de apoio nas questões de âmbito institucional e pessoal.

Dejours (1994) destaca que a organização do trabalho é resultante das relações intersubjetivas e sociais dos trabalhadores com as organizações. Dessa maneira, devem ser estabelecidos dinamicamente os compromissos e as regras, para que ocorra a negociação e

renegociação sempre que necessário, como forma de evolução entre os homens, no campo individual e coletivo. Nesse sentido, Mendes (1995) acrescenta que esse processo deve favorecer a interação entre os sujeitos para que o trabalho ocupe o lugar de produção de significações psíquicas e de construção de relações sociais.

Ainda a respeito da limitação imposta pela estrutura institucional, o abuso de autoridade e o assédio moral foram referenciados como indicadores associados a presença do estresse ocupacional em 04 (quatro) pesquisas selecionadas (10, 14, 19, 20), o qual é colocado como um tipo de violência no campo do simbólico que provoca uma espécie de dor que não é visível, mas que ocasiona em sofrimento e, portanto, ainda mais difícil de ser representada, algo que acaba fazendo parte da narrativa do sujeito que vive esse contexto institucional (MARÇAL, SCHLINDWEIN, 2020; BRITO, 2020).

Brito (2020) em seu estudo relata que existe uma grande diferença de tratamento dos oficiais em relação aos praças, por ocuparem um espaço de maior privilégio na instituição, ou seja, a função de comando exercida pelos oficiais, em muitos momentos é compreendida como abuso de autoridade ou assédio moral, o que seriam preconceitos e demais injustiças que são praticadas sob o argumento do exercício da hierarquia e da disciplina, repercutindo diretamente na saúde mental, na forma de adoecimento.

A precariedade das condições de trabalho expressas, por meio da defasagem dos equipamentos de segurança, como armas, munições, coletes, viaturas, entre outros, pode ser considerada como fator de risco para o estresse ocupacional com ênfase em 13 (treze) estudos (3, 4, 8, 10, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22). Isso é algo que deve comprometer a ação do policial militar, que se sente ainda mais vulnerável ao risco de morte, bem como exposto a sensação de insegurança na sua atividade fim (GOUVEIA, 1999; MATOS, 2014).

Gouveia (1999) destaca que as condições de trabalho do PM são consideradas exaustivas e insalubres, sendo que um dos motivos para isso diz respeito à defasagem dos equipamentos empregados no serviço, já que atuam ostensivamente para preservar a ordem e a segurança, ou seja, existe uma exigência em cumprir com sua atividade com efetividade, porém não são encontrados equipamentos avançados e suficientes para a sua execução, sendo um risco psicossocial para o estresse ocupacional.

Minayo *et al.* (2008) reforçam a questão referente às condições insalubres de trabalho, como um fator que está associado a função e a estrutura da organização do policial militar, sendo que deve ser uma prioridade o investimento de recursos direcionados a segurança de seus trabalhadores, tanto como uma forma de melhor desenvolver a atividade fim, como também de preservar a saúde deles.

A falta de reconhecimento e valorização das habilidades profissionais foram apontadas em 09 (nove) publicações (3, 4, 7, 8, 9, 12, 13, 19, 21), como um potencial risco psicossocial para o estresse ocupacional (MARTINS, 2012; MENDES, 2012). É importante ressaltar, como já foi referido anteriormente, que a estrutura da organização PM se caracteriza por rigidez e limitação da autonomia e criatividade, algo que pode ser um fator que colabora para reduzir os espaços em que o policial possa manifestar suas habilidades (MATOS, 2014).

Martins (2012) destaca que a estrutura da organização e a qualidade das relações, seja entre os pares ou os superiores hierárquicos, que pode se manifestar pela liberdade oferecida e pelo reconhecimento frente à contribuição do trabalhador, poderá trazer um panorama de prazer ou sofrimento, sendo esse o equilíbrio psicodinâmico estabelecido e representado na forma de saúde ou doença. Mendes (2007) reforça esse pensamento acrescentando que essa implicação subjetiva definirá o prazer na forma de satisfação ou o sofrimento, por meio do adoecimento.

Lancman e Uchida (2003), sob o ponto de vista da PdT, descrevem que o desejo de construção da identidade do sujeito se dá pela mediação entre o inconsciente e o campo social, e que na prática acontece por meio da busca de uma completude que se estabelece pelo olhar do outro, sob a forma de reconhecimento, sendo, portanto, um componente fundamental na constituição da sua própria história.

A baixa remuneração também foi trazida em 05 (cinco) estudos com destaque (1, 4, 13, 19, 21), como um fator que se relaciona com a presença do estresse ocupacional e que reforça a questão da falta de reconhecimento mencionada, pois o salário é uma referência para o panorama tanto de valorização profissional, como também de um aspecto motivacional para continuidade e produtividade no trabalho (MATOS, 2014, MINAYO *et al.*, 2008).

Para Matos (2014), a falta de um salário que atenda às necessidades do sujeito está entre os principais riscos para o adoecimento psíquico, pois se refere tanto a questões relacionadas a manutenção da sua sobrevivência, como também ao sentimento de pertencimento, nos diferentes espaços da sociedade, ao seu reconhecimento e valorização com impacto nas relações sociais internas e externas à organização.

Além dos riscos já especificados que dizem respeito às categorias desta pesquisa, é importante destacar que dos estudos selecionados, 04 (quatro) deles (1, 18, 20, 22), se dedicam a colocar os problemas familiares advindos das relações de trabalho como fator de risco para o desenvolvimento do estresse ocupacional, pois a medida que intensifica as questões de demanda institucional, principalmente no que se refere à gestão verticalizada e a limitação da autonomia, os conflitos familiares tendem a ocorrer, pois o desgaste físico e emocional, impacta na rotina, bem como diretamente nas relações (FACAS, 2013; WINTER; ALF, 2019; ALMEIDA, 2019).

A análise da produção científica brasileira sobre o tema desta pesquisa permite evidenciar que os estudos selecionados convergem para o reconhecimento da relação entre os riscos psicossociais e o estresse ocupacional no trabalho do policial militar, observando as circunstâncias das suas condições insalubres e as limitações impostas pela organização do trabalho, impactando diretamente na subjetividade dos sujeitos envolvidos. É importante registrar que o trabalho produz sentido simbólico e é responsável por propiciar a construção da identidade do indivíduo, que quando enfraquecida, torna o sofrimento algo inerente a sua prática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por finalidade propor uma discussão acerca da relação entre riscos psicossociais e estresse ocupacional no trabalho do policial militar e os estudos encontrados apontam para um panorama institucional preocupante, cujos fatores que incidem nas relações de trabalho, que dizem respeito principalmente à atividade fim e à estrutura da organização policial militar, podem favorecer o desenvolvimento do estresse ocupacional.

Considera-se que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados à medida que abordou a atuação do policial militar sob a perspectiva da PdT. Observando principalmente as peculiaridades que se referem à tarefa ou função que traz a intensa exposição ao risco de morte, bem como o tempo destinado a sua atividade, com uma sobrecarga que se dimensiona pelas condições insalubres e a pressão advinda tanto do meio interno, como do externo. E, ainda, a estrutura organizacional caracterizada por uma gestão verticalizada e rígida, trazendo a relação de todos esses riscos psicossociais com a ocorrência do estresse ocupacional.

É possível afirmar, conforme os resultados observados, que o policial militar está exposto a riscos para o desenvolvimento de um sofrimento psíquico, que pode vir a causar um adoecimento, gerado pelas vivências relacionadas ao trabalho, na qual estão incluídos os problemas de relacionamento, as limitações de autonomia, o reconhecimento e valorização, às questões de gênero, as condições de segurança, as questões familiares, entre outras evidenciadas nesta pesquisa, que são vividas de modo singular, mas podem se configurar como objeto no campo do coletivo.

O referencial teórico sobre o tema estudado contribuiu para a compreensão da dimensão da categoria profissional policial militar, considerando que os pensamentos apresentados foram ao encontro da situação de trabalho analisada, possibilitando a investigação dos processos subjetivos que emergem das relações estabelecidas.

Quanto aos resultados, cabe ressaltar que as publicações encontradas nesta pesquisa versam sobre o assunto riscos psicossociais e estresse ocupacional no trabalho policial militar, mas não esgotam as reflexões a respeito desse tema, sendo que se faz necessário maior aprofundamento de estudos nessa área, pois trata-se de uma categoria em que são muitos os desafios para se desenvolver maiores estudos.

Como foi visto, as pesquisas se concentram nas regiões sul e sudeste, portanto, os dados relacionados à realidade das demais regiões ainda não são de grande alcance, e apesar de haver um incentivo financeiro previsto pela PNSPDS, a quantidade de produções encontradas sugerem ser uma área pouco estudada, por isso a necessidade de se aprofundar as investigações sobre essa temática.

As diversas metodologias empregadas nas produções científicas selecionadas favorecem que vários enfoques possam ser aplicados, algo que contribui para ampliar as discussões a respeito do assunto, sendo que cada uma pode fornecer a sua base de conhecimento e complementar as questões levantadas junto à categoria policial militar.

A psicologia sendo a ciência que mais tem se dedicado a estudos a respeito de questões levantadas nessa pesquisa, demonstra que essa área se preocupa em investigar a dimensão dos processos subjetivos que são construídos a partir das relações de trabalho, algo que se aplica a esse tipo de estudo, que evidencia a mobilização do sujeito, frente aos riscos psicossociais que emergem da organização do trabalho e que causa impacto na sua saúde mental.

É importante destacar a relevância de se estudar também as mulheres policiais militares, pois as pesquisas apontaram para níveis preocupantes de estresse relacionados à função desempenhada por elas. Como constituem em um efetivo que se apresenta como minoria, pode acabar por não ser alvo de estudos mais aprofundados, mas representa uma categoria que tem enfrentamentos relevantes no que se refere à estrutura organizacional, marcada pela presença expressiva de homens desde a sua criação.

Portanto, realizar uma pesquisa que tem como foco a relação entre riscos psicossociais e estresse ocupacional no trabalho policial militar se faz importante e necessário, como foi observado ao longo deste estudo. No entanto, trata-se de uma realidade que possui vasto campo a ser investigado nessa temática, como em várias outras que incidem em sofrimento e adoecimento, para que possa haver uma contribuição junto a discussão e ampliação de políticas que avancem na atenção e cuidado à saúde mental do policial militar.

Por fim, cabe lembrar que o trabalho funciona como operador de saúde e para o sujeito representa no campo simbólico a construção da sua autonomia e identidade. Quando este se coloca frente à sua realização, tem-se uma dinâmica de prazer, caso contrário, pode ser observada a presença do sofrimento, algo que irá desestabilizar o funcionamento psíquico do sujeito e a relação entre saúde e doença.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Verlene Sousa de Castro. **Estresse laboral e suas consequências psicossociais em policiais militares no exercício de suas funções**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia, 2018. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36405/5/2018_dis_vscalves.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.
- ALMEIDA, Damiana Machado de. **Estresse Ocupacional em Policiais Militares: Adaptação e Validação Transcultural no Brasil das Escalas PSQ-OP e PSQ-ORG**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Administração, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19037>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- ALMEIDA, Damiana Machado de. *et al.* Estresse ocupacional e policial: características e hot topics em uma década (2009-2018). **Revista UNIABEU**, Santa Catarina, v.12, n. 32, set-dez, 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/322562107.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- ALMEIDA, Damiana Machado de. *et al.* Avaliação do estresse ocupacional no cotidiano de policiais militares do Rio Grande do Sul. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, v. 13, n. 26, jul-dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15603/1982-8756/roc.v13n26p215-238>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- ALMEIDA, Natália Ferreira de. **O estresse ocupacional em mulheres policiais militares do Pará**. Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública, 2021. Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2019/201904%20-%20ALMEIDA.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.
- AMADOR, Fernanda Spanier. Trabalho e saúde: considerações a respeito da categoria dos policiais militares. **O Alferes**, 15(52), p. 47-60, 2000. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/issue/download/28/5>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- AZKOUL, Marcos Antonio. **A polícia e sua função constitucional**. São Paulo, Oliveira Mendes, 1998.
- BACK, Caroline Moreira. Acompanhamento psicológico preventivo para agentes de segurança pública. **Rev. Bras. Segur. Pública**, São Paulo, v. 15, n. 1, fev/mar, p. 208-225, 2021. Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/revista/index.php/rbsp/article/view/1147>. Acesso em: 14 ago. 2021
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: editora USP, 2003.
- BOUYER, Gilbert Cardoso. Ensaio: Contribuição da psicodinâmica do trabalho para o debate "O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador". **Ver. Bras. Saúde Ocup.** São Paulo, v. 35, n. 122, p. 249-259, 2010.

BRITO, Higor Pontes. **Sofrimento Psíquico em Policiais Militares**: um estudo de revisão. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46285>. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRANT, Luiz Carlos; MINAYO-GOMEZ, Carlos. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 213-223, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232004000100021&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 abr.2021.

BUENO, Marcos, MACÊDO, Kátia Barbosa. **A Clínica psicodinâmica do trabalho**: de Dejours às pesquisas brasileiras. *ECOS, Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 2, n. 2, 2012.

BUGALHO, Grasielle Paes Silva. NETO, Manoel Bugalho. As fontes estressoras ocupacionais e a polícia militar do estado de mato grosso: análise de um batalhão da capital. **RHM**, Mato Grosso, v.17, n. 1, jan/abr, 2017. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/view/355>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CAREGNATO, Rita Catalino Aquino. MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, 15(4), out/dez, p. 679-84, 2006.

CECARECHI, Gabriela. SCATOLIN, Henrique Guilherme. A linha tênue entre combater a violência e o sofrimento psíquico: O ambiente laboral da Polícia Militar e a saúde mental. **Revista Espacios**, São Paulo, v. 38, n. 8, p. 28, 2017. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a17v38n08/a17v38n08p30.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CODO, Wanderley. **Por uma Psicologia do trabalho**: ensaios recolhidos. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2006.

CÔMITE DOS ALTOS RESPONSÁVEIS DA INSPEÇÃO DO TRABALHO – CARIT. **Riscos psicossociais no trabalho**: Campanha sobre os riscos no trabalho, União Européia, 2012. Disponível em: [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/CentroInformacao/campanhas/Documents/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/CentroInformacao/campanhas/Documents/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20). Acesso em 12 dez. 2020.

COSTA, Marcos *et al.* Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, Washington, US, v. 21, n.4, abr., p. 217- 222, 2007. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/rpsp/v21n4/04.pdf> . Acesso em: 15 nov. 2020.

DEJOURS, Christopher. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, Jean François. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas,v. 1, 2007.

DEJOURS, Christophe. ABDOUCHELI, Elisabeth. JAYET, Christian. **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christopher. **A loucura do trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1987.

DOLAN, Simon L. **Estresse, autoestima, saúde e trabalho**, Rio de Janeiro: Qualitymark 2006.

DORNELES, Ademir Jones Antunes. DALMOLIN, Grazielle de Lima. MOREIRA, Maria Graziela de Souza. Saúde do trabalhador militar: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Rio Grande do Sul, v.6, n. 1, 2017. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1220>. Acesso em: 13 ago. 2021.

FACAS, Emílio Peres. **Protocolo de avaliação dos riscos psicossociais no trabalho - contribuições da psicodinâmica do trabalho**. 191 f., il. Tese de Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Universidade de Brasília, 2013.

FERRAZ, Letícia Colombo Medeiros. **Fatores de risco e proteção em mulheres policiais militares do estado de Santa Catarina**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Federal de Santa Catarina – Área de Concentração: Trabalho, Saúde e Ambiente, para a obtenção do Grau de Mestre em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/194329>. Acesso em: 14 ago. 2021.

FERREIRA, Leonardo Borges. **Mesmo com o sacrifício da própria vida**: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília – UnB como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20833>. Acesso: 21 fev. 2021.

FONTANA, Rosane Teresinha. MATTOS, Gisele Domingues de. Vivendo entre a segurança e o risco: implicações à saúde do policial militar. **Cienc. Cuid. Saude**, Rio Grande do Sul, 15(1), jan/mar, p.77-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/20239>. Acesso 14 ago. 2021.

FRAGA, Cristina K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos & Contextos**, Rio Grande do Sul, nº 6, dez. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIROTTI, Cristiane. DIEHL, Liciane. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre a possível relação entre o diagnóstico e as situações de trabalho. **Polêmica**, v. 16, n.2, abr, maio e jun, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/22904>. Acesso em: 11 nov. 2020

GIONGO, Carmem Regina. MONTEIRO, Jaqueline Kieling. SOBROSA, Gênesis Marimar Rodrigues. Psicodinâmica do trabalho no Brasil: revisão sistemática da literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, dez, p. 803-814, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400002. Acesso em: 10 de nov. 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo ,v. 35, n.3, maio/jun, p. 20-29, 1995.

GOUVEIA, Joilson. Polícia Militar e violência: reflexão. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 3, n. 34, ago, 1999. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1588>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LANCMAN, Selma. UCHIDA, Seiji. Trabalho e subjetividade: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 6, p. 79-90, 2003.

LIMA, Denise Michelle Valério de. **Trabalho e sofrimento do policial militar do Estado de Goiás**. Trabalho final apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, linha de pesquisa Processos Psicossociais e Educacionais, sob orientação do Prof. Dr. Emílio Peres Facas, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8374>. Acesso em: 14 ago. 2021.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. RODRIGUES, Avelino Luiz. (Org.). **Stress e Trabalho: uma abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas, 2012.

LIPP, Marilda Emmanuel Novaes. **Crianças estressadas: causas, sintomas e soluções**. 4 ed. Campinas, Papirus, 2004.

LUZ, Eliane Santos da. **Análise da correlação entre condições de trabalho, condições de saúde e estresse ocupacional entre mulheres policiais militares da cidade do Rio de Janeiro**. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Saúde da Criança e da Mulher, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25241>. Acesso em: 13 ago. 2021.

LOPES, Kelly. WAENY, Maria Fernanda Costa. MACEDO, Cibele Mariano Vaz de. Riscos psicossociais no trabalho de policiais militares que podem levar ao estresse. **Revista da Universidade Ibirapuera**, São Paulo, n.15, jan/jun, p. 51-60, 2018. Disponível em: <https://www.ibirapuera.br/seer/index.php/rev/article/viewFile/139/149>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MARÇAL, Hanna Izabel Ferreira. SCHLINDWEIN, Vanderléia de Lurdes Dal Castel. Prazer e sofrimento na polícia militar: uma revisão de literatura. **Revista Trabalho (en) cena**, Tocantins, v.5, n.1, p.111-135, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/8244>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MARINHO, Mayelle Tayana *et al.* Fatores geradores de estresse em policiais militares: revisão sistemática. **REFACS** (online), Paraíba, 6(Supl. 2), p.637-648, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Barbara-Barroso/publication/327004639>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MARTINS, Soraya Rodrigues. **Clínica do Trabalho**. São Paulo, coleção clínica psicanalítica, Casa do Psicólogo, 2012.

MARTINS, Soraya Rodrigues. MENDES, Ana Magnólia. Espaço Coletivo de Discussão: A Clínica Psicodinâmica do Trabalho como Ação de Resistência. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, 12(2), maio/ago, p. 171-184, ISSN 1984-6657, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo, coleção Os Pensadores, Abril Cultural, 1974.

MATOS, Simão da Silva. **Riscos Psicossociais em trabalhadores na Arábia Saudita**. Dissertação de Mestrado em Segurança e Higiene no trabalho. Instituto Politécnico de Setúbal – Portugal, 2014. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8202/1/Tese%20-%202024-02-2015.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2021.

MENDES, Ana Magnólia. Prazer, reconhecimento e transformação do sofrimento no trabalho. Em: Mendes, A. M. (Org). **Trabalho e saúde – O sujeito entre emancipação e servidão**. Juruá, Curitiba, 2008.

MENDES, Ana Magnólia. (org). **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.

MENDES, Ana Magnólia. Aspectos Psicodinâmicos da Relação Homem-Trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicol. cienc. prof.** Brasília, v.15 n.1-3, 1995.

MENEZES, Marcos Vinicius de Mendonça *et al.* Perfil de policiais militares com estresse ocupacional. **Revista debates em psiquiatria**, Sergipe, nov/dez, 2018. Disponível em: <https://deborahpimentel.com.br/wp-content/uploads/2019/06/Perfil-de-Policiais-Militares-com-Estresse-Ocupacional.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MERLO, Álvaro Roberto; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa (Org.). **Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS**; il. Augusto Franke Bier – Porto Alegre: Evangraf., il. Color, 2014.

MEZONO, Darlim Saratt. **Avaliação dos indicadores de estresse nos policiais militares de Roraima**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Saúde da Universidade Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Saúde, na área de concentração Diversidade Sociocultural, Cidades e Modelos de Atenção à Saúde, 2018. Disponível em: <https://ufr.br/>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; ASSIS, Simone Gonçalves de. OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Cavalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232011000400019&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 nov. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: editora FIOCRUZ, p. 328. ISBN 978-85-7541-339-5, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. 2. ed., Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO-GOMEZ, Carlos. THEDIM-COSTA, Sônia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 13 (2). p. 21-32, 1997.

MOURA, Tuany Maria Sousa. **Percepções sobre o adoecimento e risco no trabalho dos policiais militares do Ceará**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará - UECE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, 2015.

MORAES, Rosângela Dutra. Estratégias defensivas. In: VIEIRA, Fernando de Oliveira.; MENDES, Ana Magnólia & MERLO Álvaro Roberto (ed.), **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**, Curitiba: Juruá, p. 153-157, 2013.

MUNIZ, Jaqueline Oliveira. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, Winter, v. 1, p. 177-198, 2001.

NEVES, José Luiz. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 3, São Paulo, 1996.

NOGUEIRA, Laura Soares Martins; OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro de; BELLOC, Márcio Mariath. Segurança e saúde no trabalho e o sofrimento ético. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 12, n. 2, ago, p. 41-61, 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217525912020000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 dez. 2020.

OLIVEIRA, Katya Luciane de. SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, set./dez, p. 224-250, 2010.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de. BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Boletim de Psicologia**, v. Lix, n. 131, p.153-166, 2010. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v59n131/v59n131a03.pdf>. Acesso em: 06 de mar. 2021.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de. MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Rev. bras. enferm.** (online), vol.59, n.4, pp.552-555, 2006. ISSN 1984-0446. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000400015>. Acesso: 15 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Aumenta o número de pessoas com depressão no mundo**. Brasília, 2017. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5354:aumenta-onumero-de-pessoas-com-depressao-no-mundo&Itemid=83. Acesso 12 mar. 2021.

PASCHOAL, Tatiane. TAMAYO, Álvaro. Validação da escala de stress no trabalho. **Estudos de psicologia**. Natal, v. 9, n.1, jan/abr, p. 45-52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22380.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PELEGRINI, Andréia *et al.* Percepção das condições de trabalho e estresse ocupacional em policiais civis e militares de unidades de operações especiais. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, Santa Catarina, v. 26, n. 2, p. 423-430, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/hnQmnQ5fbN6dNQxDpkPhf9K/?format=html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PEREIRA, Gustavo Klauberg. **Associação entre variáveis ocupacionais e prevalência em agravos à saúde em policiais e bombeiros militares de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado submetido ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185475>. Acesso em: 14 ago. 2021

PINHO, Higor Ribeiro. **O Trabalho do Policial Militar de São Luís-MA: um olhar da psicodinâmica do trabalho**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Psicologia, 2018.

REZENDE, Fabiana Santos. S.O.S. polícia! – estresse no trabalho: estudo no atendimento de urgência 190 da polícia militar de Minas Gerais. **Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública**, Minas Gerais, v. 7, jan/dez, p. 65-96, 2018. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/230>. Acesso em: 13 ago. 2021,

RODRIGUES, Patrícia Ferreira, ALVARO, Alex Leandro Teixeira, RONDINA, Regina. Sofrimento no trabalho na visão de Dejours. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**, v. IV, n. 7, nov, 1806-0625 (Periódicos Semestrais), 2006.

RODRIGUES, Ana Paulo Grillo. PINHEIRO, Daniel. DUARTE, Luiz Ricardo. **A vulnerabilidade ao estresse apresentada pelo policial militar diante do clima organizacional da corporação**. Santa Catarina, 2021. ISSN 2175-053X,. <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/503>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SAMPAIO, Rosana. F.; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos , v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SEGRE, Marco, O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 31 (5), p. 538-42, 1997.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Psicopatologia e psicodinâmica do trabalho. In: R. Mendes (Org.), **Patologia do trabalho**, São Paulo: Atheneu, p. 287-310, 1995.

SELIGMAN-SILVA, Edith. **Desgaste Mental no Trabalho Dominado**. São Paulo: Cortez, 1994.

SANTOS, Márcia Jaciane dos *et al.* Percepção de policiais militares em relação ao estresse ocupacional. **Revista humanidades**, Minas Gerais, v.7, n.2, Jul, 2018. Disponível em: http://revistahumanidades.com.br/arquivos_up/artigos/a178.pdf. Acesso em: 13 ago. 2021.

SANTOS, Rosimery de O. Boffi. HAUER, Roseli D. FURTADO, Tânia M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista gestão e saúde**, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p.14-27, 2019. Disponível em: <http://www.herrero.com.br/files/revista/file5dfa2537646329c3af309b8cb4672fc0.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SILVA, Maurivan Batista da. VIEIRA, Sarita Brazão. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, 17(4), p. 161-170, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016>. Acesso: 15 dez. 2020

SILVA, Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho** – Christophe Dejours. 28 jul. 2013. Disponível em: <http://www.sampoipq.org>. Acesso em: 16 jan. 2021.

TORRES, Karoline Bernardes. CAMPOS, Ioneide de Oliveira. RODRIGUES, Daniela da Silva. As dimensões estruturantes do trabalho policial. **REFACS** (online), Distrito Federal, v. 6(Supl. 2), p. 552-562, 2018. Disponível em: <http://seer.ufm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/3125>. Acesso em: 14 ago. 2021.

VASCONCELOS, Ana Cláudia Leal. Sofrimento ético. In: VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. (Org.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba: Juruá, p. 421-425, 2013.

WINTER, Lilian Ester; ALF, Alexandra Machado. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 19, n. 3, set, p. 671-678, 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198466572019000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2021.

ZANELLI, José Carlos *et al.* **Estresse nas organizações de trabalho: compreensão e intervenção baseadas em evidências**. Porto Alegre: Artmed, 2010.